

Aos vinte dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Resende, sob a Presidência do Senhor Doutor Manuel Joaquim Garcez Trindade, secretariada pelos membros Senhores Joaquim da Conceição Sousa e Doutor Pedro Manuel Soares Cardoso.-----

HORA DE ABERTURA:- Eram quinze horas e cinquenta e três minutos quando o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão.-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou ao Plenário que na sequência da renúncia ao seu mandato por parte da Doutora Maria Olga Rodrigues Malheiro, eleita pela lista do Partido Social Democrata, foi convocado, nos termos da lei, o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Professor Sérgio Miguel Cardoso de Almeida e Sousa, cuja identidade e legitimidade passo desde já a verificar com vista a assumir de imediato as suas funções. Comunicou igualmente ao Plenário que foram convocados para participar nesta Sessão os membros Professor Manuel Júlio Nunes da Costa e Doutora Ana Oliveira Monteiro, eleitos, respectivamente, pela lista do Partido Socialista e pela lista do Partido Social Democrata, para substituição dos membros Senhor Luís Manuel Almeida Pinto e Enfermeira Elsa Isabel Ferreira Rodrigues, eleitos pelas mesmas listas, ausentes por período inferior a trinta dias, conforme comunicações apresentadas.-----

PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

HORA DO PÚBLICO:-----

Não se registaram quaisquer intervenções.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

APROVAÇÃO DAS ACTAS:-----

Seguidamente, foi colocada à discussão a acta da sessão ordinária, do dia catorze do mês de Fevereiro, sobre a qual se registaram as seguintes intervenções:-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras:” Eu referi que não era uma questão de falta de assiduidade mas que os médicos se encontravam de chamada e não há nenhuma referência a isso. Não tinha nada a ver com o absentismo da classe médica, mas sim quando se encontravam de chamada.-----

Doutor Jaime: Quanto à intervenção do Engenheiro Rui Viseu Cardoso diz:”Engenheiro Rui Miguel de Viseu Cardoso:“ Gostaria que me informasse que pavimento “estranho”, é aquele que está na estrada que liga São Martinho-Lamego”, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu “ De estranho não tem nada, é um pavimento mais baixo, e é o que é utilizado nas auto-estradas, mas falta ainda a última camada.” Mas acho que não retrata com verdade o que se passou.”.-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “Propõe então que o texto fique como? “.-----

Doutor Jaime Alves: “ Se é só esse o registo que ficou!Não faço ideia, mas era só para assinalar que, de facto, não foi isto que aqui se passou na última Assembleia.”.-----

Senhor Presidente da Câmara: “Senhor Deputado eu acho que foi isso, talvez as emoções é que não estejam expressas no papel. Não foi mais nada do que isso!”.-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a mesma a votação sendo aprovada a acta, **por maioria** com sete votos de abstenção, dos membros Doutor Pedro Manuel Soares Cardoso, por não ter estado presente na referida sessão, Professor Joaquim Rodrigo Matos Ferreira Pinto Pereira, Doutor Jaime António Bernardino Alves, Doutor Luís Miguel Pinto Botelho, Engenheiro Rui Miguel de Viseu Botelho Cardoso, Doutora Ana Oliveira Monteiro e do Senhor António Joaquim de Almeida Correia.-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu à consideração do Plenário o reconhecimento de urgência em deliberar sobre os assuntos “Autorização da Concessão da Exploração do Bar das Piscinas Descobertas e do Bar das Piscinas de Porto de Rei ao abrigo do artigo 83º da Lei da Autarquias Locais, uma vez que não constam da Ordem do dia.”.-----

Reconhecida a urgência por unanimidade e nos termos do disposto no artigo número oitenta e três do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, foi incluído na ordem de trabalhos o seguinte assunto: “ABERTURA DO PROCEDIMENTO PARA A CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO BAR DAS PISCINAS DESCOBERTAS DA GRANJA – CÁRQUERE E PORTO DE REI – SÃO JOÃO DE FONTOURA”.-----

LEITURA DE EXPEDIENTE:-----

Foi feita a leitura do seguinte expediente:-----

-Ofício nr.º 496.07 datado de 16 de Fevereiro enviado pela AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A, referente à Aplicação da Taxa de Gestão de Resíduos;-----

-Ofício nr.º 541.07 datado de 21 de Fevereiro enviado pela AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A, respeitante à Recolha Selectiva, Reciclagem e Valorização;-----

-Ofício nr.º 357/2007, enviada pela Assembleia Municipal de Almada respeitante aos Sistemas Multimunicipais Recolha Selectiva e Valorização de Resíduos;-----

-Ofício nr.º 342/2007, enviada pela Assembleia Municipal de Almada referente à Taxa de Gestão de Resíduos;-----

-Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Resende – Envia relatório anual de actividades daquela Comissão e o modelo de recolha de dados referentes ao ano de 2006

-Assembleia Municipal do Marco de Canaveses a oficial sobre a revitalização da linha do Douro, anexa dossier e respectiva acta.-----

Tomado Conhecimento.-----

Neste ponto da Sessão foi registada a seguinte intervenção:-----

Doutor Jaime Alves: “Senhor Presidente é só para pedir um esclarecimento relativo ao requerimento que eu enviei e foi entregue no dia dois de Abril de dois mil e sete em que é feito um pedido à mesa, relativamente a alguma informação. Gostaria de pedir se seria possível dizer-me se teve alguma resposta, uma vez que a Lei prevê que a mesma seja dada no prazo de quinze dias ou mais quinze no caso de justificadamente se comprovar esse adiamento.”.-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “Eu recebi na quarta-feira à tarde a resposta e despachei-a, provavelmente foi enviada na quinta-feira, portanto deve estar no correio. Deve estar a chegar!”.-----

VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES:-----

Neste ponto da sessão O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez a leitura de dois votos de Pesar, que a seguir se transcrevem:-----

“Voto de Pesar – O Grupo de deputados desta Assembleia Municipal, propõe um voto de pesar pela morte do Senhor Virgílio Machado, pai do membro desta Assembleia, Senhor Jorge Cardoso Machado. Este voto será, também, extensivo a toda a sua família. Resende, 20 de Abril de 2007.”.-----

“Voto de Pesar – O Grupo de deputados desta Assembleia Municipal, propõe um voto de Pesar pela morte, do Senhor José Rodrigues de Sousa, o saudoso “Zé Rodrigues”. A sua vida pautou-se por uma luta constante na defesa dos valores da democracia, da solidariedade e da Paz. Durante cerca de meio século foi o rosto visível da Associação Humanitária dos Bombeiros de Resende, Associação à qual se dedicou de corpo e alma e com o seu grande

altruísmo e dinamismo conseguiu mantê-la sempre viva e capaz de desempenhar um papel fulcral na sua missão humanitária ao serviço das populações de Resende. A sua actividade social e cívica e a sua natural simpatia e afabilidade granjearam-lhe muitos amigos o seu desaparecimento constitui uma enorme perda para o concelho de Resende. Assim propomos que o voto de pesar, depois de aprovado, seja comunicado aos seus familiares. Propomos também que o Executivo Camarário não se esqueça do nome José Rodrigues de Sousa numa futura alteração da toponímia da Vila de Resende. Resende, 20 de Abril de 2007.”-----

Submetidos os Votos de Pesar à votação foram os mesmos aprovados por unanimidade.-

ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS:-----

Neste ponto verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freigil: “Senhor presidente ultimamente a Freguesia de Freigil tem passado um bocado, por causa da luz eléctrica. E têm chegado ultimamente bastantes reclamações. Já têm sido feitas à EDP e nada. A EDP simplesmente envia lá um funcionário ou dois, com uns aparelhos medir a tensão, que fortalece a luz numas casas e nas outras continuam os problemas. Que é que tem acontecido quando as fases andam altas, nem as lâmpadas aguentam. A intenção da Junta de Freguesia de Freigil era ver até que ponto o Senhor Presidente da Câmara com a sua intervenção poderá fazer com que a EDP consiga concluir. Penso que no Concelho poucas são as redes como a de Freigil, que é ainda toda em cobre embora digam que é das melhores, mas o que sei é que está tudo solto com um pequeno temporal as linhas encostam-se umas nas outras. A luz desliga-se constantemente, acho que não deve haver um Concelho com mais problemas de cortes de luz como o nosso. A EDP tem lá os registos que provam bem isso. Também ha semana passada chegou-nos um pedido de intervenção a pedir à junta de Freguesia em conjunto com a Câmara para se fazer um pedido de um posto de retransmissão televisão, porque estamos com graves problemas para captar alguns canais, não sei porque ultimamente está a haver muitas dificuldades, pelo menos na RTP 1 e na TVI têm tido graves problemas.”-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ovadas: Muito boa tarde, a todos, aos senhores Presidentes a toda Assembleia que está presente e ao público. Senhor Presidente depois de ver o que vi aqui de manhã, fiquei muito satisfeito, pois está-se a tratar da vida do Concelho de Resende. Ocorreu-me de lembrar aqui ao Senhor Presidente, eu sei que não se esquece destas coisas,mas é sempre bom lembrar o que me toca de perto. Na freguesia de Ovadas, a Panchorrinha, não estou a puxar a brasa à minha sardinha, e calhou. Estão ultimamente a ser compradas as casas. As pessoas procuram a todas as horas e a todos os instantes quem venda casas eantigas, muitas delas já estão recuperadas, e aquilo dá gosto de ver, a maneira como eles a recuperam. Gostaria que o Senhor Presidente se pudesse na questão do arranjo realizar, facilitasse na parte da burocracia. Facilitar mais para se trata do restauro de uma casa ser simplificado, dizer-lhe sim senhor vai recuperar, na medida em que não vai desertificar a aldeia e facilitar mais, porque eles ou fazem aquilo clandestino, ou encontram sempre de reticências. “Temos que ir para a Câmara e nunca mais é sábado, nunca mais fazemos isto ou aquilo...”. De maneira que agradecia essa atenção, que tivesse por aquela povoação porque as pessoas de Aveiro, do Porto e de Setúbal estão ultimamente a procurar aquelas casas todas, e a pagar já bem pago. Isto é um ponto de turismo reflectindo-se naquilo que falamos de manhã se calhar de Aregos, passar por S.João e chegar até lá acima, o Senhor Presidente sabe bem e também tem isso em mente seria uma bem para a Freguesia de Ovadas, não é por ser da minha terra, mas também para o Concelho de Resende, porque era um atractivo para que as pessoas quisessem lá investir. Também chamo a atenção que há lá um problema com duas casas com zinco, logo na entrada da povoação, se nós pudéssemos dar uma ajuda ou chamá-los á atenção, também agradecia. E era isto que eu tinha a dizer. Sei que o Senhor Presidente vai tomar em conta estas coisas, porque também é a favor do restauro das aldeias turísticas. Muito Obrigado!-----

Senhor Presidente da Câmara: “Em relação à questão da EDP, de acordo com a

intervenção do Senhor Presidente da Junta, peço-lhe que comunique à EDP e nós também iremos reforçar essa pretensão. Em relação à freguesia de Freigil quero que saiba que no Plano de Investimentos da EDP esse assunto está finalizado nós iremos reforçar. Em relação à questão do sinal de ... não é fácil aliás temos aqui uma situação em Arêgos também complexa com a TVI. É obvio que quando se monta uma antena de televisão isso tem custos, e normalmente esses custos são contabilizados, os respectivos retornos obviamente que o investimento desse tipo para a escala que se destina, não é fácil. Agora eu aproveito, não quer dizer que nós não possamos sinalizar o problema junto das televisões, mas não é fácil. Agora devo dizer o seguinte está-se sobretudo a falar de televisão em sinal aberto não é, assim eu aproveito esta deixa que me dá: nós iremos fazer as diligências necessárias sem grandes expectativas, para ser sincero, nestas matérias porque porque também andamos com a TVI às voltas nesta questão em Arêgos que é uma bolsa difícil na recepção da TVI....., Mas na margem direita do rio, a margem do lado de lá, já tenho tido alguns cidadãos que me questionam e me pedem até para eu poder intervir porque do lado de lá também têm esse problema. Agora para sinalizar uma questão que não foi abordada hoje de manhã na revisão do PDM, mas que terá que ser. As matérias do PDM são muito extensas naturalmente que eu tenciono que um capítulo do regulamento absorva esta matéria e esta história da televisão e agora vem a televisão terrestre como sabem! Aliás eu estou ansioso por ter mais concorrência nos canais da televisão. A nossa vizinha Espanha fez isso há um ano e meio e há já uma serie de canais abertos que representou mais concorrência e sobretudo mais preocupação de imparcialidade, menos cartel de informação porque também há cartelização de informação em Portugal como se percebe Mas eu aproveito para transmitir à Assembleia Municipal um projecto que, neste momento, está a ser estudado na Câmara de Resende. Eu estarei em Pontevedra no princípio do mês, os espanhóis estão muito mais evoluídos que nós nesta matéria, e nós temos um problema sério no Concelho que se chama Banda larga. É um problema que penso que algumas pessoas que estão mais orientadas para esta história sabem o que é que isto significa. Significa que o não acesso à banda larga promove a baixa competitividade. Nós estamos nesta altura a montar um projecto, que é um projecto do tipo Wireless municipal que é uma coisa que tem algum peso, tem algum custo, mas que pressupõe um sistema de retransmissão de antena no Concelho que possibilitará o acesso praticamente gratuito ao sistema Wireless, portanto fazendo cobertura de todo o Concelho de Resende. A ideia não é só resolver o problema de algumas partes do Concelho, ou dois ou três sítios, é fazer a cobertura do sistema de sinal de todo o Concelho de Resende. Tem custos mas é a única forma que nós temos para enfrentar o futuro. Espero que neste mandato já possamos dar-vos boas notícias sobre este assunto, portanto nós temos aí o quadro comunitário e é um dos projectos que sinalizo como de grande importância para o Concelho como o nosso. E portanto vamos saltar por cima da Banda Larga e provavelmente entrar no Wireless municipal. Isto não é novidade, e não tirei isto da cabeça, como já perceberam normalmente o que procuro é o máximo de informação e portanto este é um assunto que em vários países da Europa, nesta altura estão já com algum desenvolvimento. Há um bom exemplo aqui ao lado em Espanha, em Pontevedra. Nós iremos e estamos a falar num concelho como o nosso com uma grande expressão, com uma escala baixa, mas será a única forma de levarmos a todos os pontos do território o sinal da Net, isto é absolutamente crucial até porque se conjuga com o nosso processo de desmaterialização que, com mais um ano, ano e qualquer coisa estará concluído. Nós estamos no Weriless municipal a esse nível muito perto de atingir objectivos, portanto um ano ou ano e meio nestas matérias não é assim nada do outro mundo, mas depois saltaremos o que quer dizer que a televisão é uma coisa sempre importante para os munícipes, mas eu penso que este campo em que estamos aqui a trabalhar, e que está ao nosso alcance será mais fácil depois também termos sinal de Televisão a partir de um sistema que montemos deste tipo. Mas estamos a trabalhar nisto; a tecnologia é uma tecnologia muito evoluída, mas simples como em tudo na vida, e como na política as coisas simples são as

mais eficazes. Era isto que tinha para lhes dizer. Em relação à questão que colocou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ovadas é absolutamente justo; devo, no entanto, dizer que, desde que estou na Câmara nós já temos o nosso Simplex na área do Urbanismo, é algo que também pode ser reconhecido. Nós até trinta metros quadrados isentamos o licenciamento municipal, obras de escassa relevância urbanística são chamadas a meter só a comunicação prévia, se for só reparação de uma casa também só está sujeita a comunicação prévia. É óbvio que depende muito do tipo de intervenção, a forma do procedimento do licenciamento. E também como se deve perceber há questões que são inultrapassáveis quer pela Lei quer pela segurança que estas coisas exigem. Nós nunca poderemos dispensar o registo de propriedade num licenciamento municipal, nem digo registo, digo a prova da propriedade. Também numa área como aquela em que estamos aqui a falar é uma área, não diria sensível, mas uma área a preservar, claramente! Também se por um lado devemos facilitar, por outro lado devemos controlar que as intervenções naquele espaço não sejam desqualificadoras. Aliás sabe que comungo das ideias que expressou, a Câmara já adquiriu na Granja de Ovadas, e está em vias de concretizar a escritura, mas já deliberou a aquisição, para fazermos um Centro de Alojamento de Montanha e portanto a opção foi o espaço tradicional, a sua recuperação e enfim a construção de alojamento, para que, de facto, nós possamos também animar aquela zona, portanto há aqui um circuito importantíssimo para nós. Os senhores vereadores não sei se têm acesso, mas estamos a fazer sair paulatinamente alguma documentação sobre o Concelho, criámos alguns roteiros e assim temos o circuito da água, o circuito patrimonial, o circuito urbano e o circuito serrano, e o circuito monumental, há cinco circuitos que se propõem sendo que o circuito monumental é um dos que apanha a Lagariça, Ovadas, Panchorra, Freigil e todo aquele Vale do Cabrum que é absolutamente crucial. Portanto, eu comungo em absoluto esta ideia. O Concelho de Resende tem de somar, nós temos que somar tudo e somar pequeninas coisas e daí poder dar uma grande factura, e é isso que na prática estamos a procurar fazer. Penso que em relação à EDP, fortaleceremos as diligências nesse sentido, ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freigil também pedia que comunique à EDP, porque soma sempre como se compreende. E em relação ao senhor Presidente da Junta de freguesia de Ovadas também anoto a questão”-----

ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:-----

Neste ponto verificaram-se as seguintes intervenções:

Doutor Jaime Alves:” Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal; Exmo.Sr. Presidente da Câmara Municipal; Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e restantes Membros da Assembleia Municipal Ilustre Público. Não podia deixar de intervir neste ponto sem deixar de felicitar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Feirão, Sr. José Oliveira Monteiro. A grandeza ou a pequenez dos nossos actos provêm da nossa coragem e da nossa determinação. Apesar do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Feirão ser um dos mais novos aqui presentes, demonstrou ser um dos mais competentes na gestão da coisa pública, em defesa da sua freguesia. Esta é a prova que a juventude não é só o futuro, a juventude é o presente e o futuro! Estou, obviamente, a falar do processo do Parque Eólico da Lagoa de D. João e Feirão. A diferença de Estatuto e Poder da empresa **Empreendimentos Eólicos do Douro, S.A.** comparativamente à **Junta de Freguesia** é enorme. Contudo, a Junta de Freguesia de Feirão – como já é tradição – não se intimidou, deitou mãos à obra e não se deixou ludibriar pelo poder da referida empresa. Como devemos preservar a verdade, é da mais elementar justiça recordar todo o trabalho desenvolvido neste processo por um grande Resendense, o Sr. Albino Monteiro. O Sr. Presidente José Oliveira Monteiro fez tudo como devia ser feito. Em primeiro lugar, reuniu com os membros da Junta de Freguesia para definirem a sua estratégia. De seguida, reuniu o Plenário da Freguesia que lhe atribuiu Plenos Poderes para negociar o melhor para todos os habitantes da Feirão. Saber ouvir é uma virtude, muitos há que não o sabem fazer, preferem a arrogância e a prepotência. Como costuma dizer um dos mais sábios Presidentes de Junta do nosso Concelho, Sr. Isidro Pereira, “a humildade

é a rainha de todas as virtudes”. Gostava, também, de reafirmar a falta de Justiça, de Equidade e de Solidariedade da nossa Câmara Municipal para com a Junta de Freguesia de Feirão. Não podemos aparecer nos Jornais dizendo que o Concelho de Resende produzirá 5 vezes a energia que consome, discriminando, concomitantemente, a Freguesia que mais contribuiu para esse facto! Não podemos esquecer que a Freguesia de Feirão é constantemente deixada de parte nos investimentos do Município. O nosso Concelho tem 15 Freguesias, não são 14! Todas merecem a mesma dignidade! O Sr. Presidente da Junta de Feirão está de parabéns! Depois de sair vencedor nas negociações com a empresa Empreendimentos Eólicos do Douro, S.A., tem agora uma responsabilidade ainda maior. Gerir os recursos financeiros que estão à disposição de toda a Freguesia. Tenho para mim, que mais uma vez o fará com mestria, pensando acima de tudo na sua Freguesia. Tenho dito.”-----

Doutora Cláudia Vieira: “ Senhor Presidente da Assembleia; Senhor Presidente da Câmara; Senhores Deputados Municipais: Boa tarde. Pretendo abordar um tema de interesse para o Município, o período de funcionamento do S.A.P. do Centro de Saúde de Resende, mas antes de mais queria pedir um esclarecimento ao Doutor Jaime. Circula pelo Concelho mais um comunicado do Partido Social Democrata de Resende onde a certa altura se pode ler: “Confirma-se que o nosso Centro de Saúde, é um dos que o Governo Socialista pretende encerrar à noite”. Pedia ao Senhor Deputado que nos informasse como teve conhecimento e onde poderemos encontrar essa decisão política por parte do Governo a fim de esclarecermos devida e definitivamente os Resendenses e não andarmos aqui a “atirar areia para os olhos” de quem quer que seja. Considero que tal comportamento é grave, é feio e começo a ficar farta da infantilidade e repito da “Infantilidade”, dos autores de tal comunicado.”-----

Doutor Jaime Alves: “Veja lá como é que fala!.”-----

Doutora Cláudia Viera: “Eu disse, repito e respondo por tudo aquilo que digo. Lançaram a confusão sobre a população de Resende, não a informando devidamente e, como se tal não bastasse, ainda atribuem responsabilidades às pessoas que se têm preocupado em acompanhar esta questão. Estou a olhar para o comunicado e vejo pessoas com ambições políticas, que não sendo do conhecimento público, até ali colocam fotografias para ver se passam a ser. Eu nunca procedi assim, nem nunca procederei e não tenho que dar qualquer satisfação ao PSD de Resende sobre a minha actividade enquanto deputada, sobre o trabalho que vou desenvolvendo em prol do concelho de Resende. Quero que isto fique bem claro e mesmo em termos políticos espero que aprenda que é assim que as coisas funcionam, só respondo perante o eleitorado. Poderia, por mera ambição política, tornar público o trabalho que desenvolvo, se daí quisesse tirar dividendos, o que não é nem nunca foi o meu caso. Devo lembrar-lhe que mesmo enquanto Vereadora nunca me ouviu ou viu nos Meios de Comunicação Social a fazer alarido da actividade que desenvolvia. Cada um tem a sua forma de estar e a minha é certamente diferente da sua. Tal como o vosso candidato e agora Presidente da República de todos nós ”não sou política profissional”, não dependo da política e aceitei apenas participar num projecto para Resende Mas agora pedia-lhe que respondesse à minha pergunta e nos informasse onde poderemos encontrar a decisão ou o despacho do Senhor Ministro da Saúde que determina o encerramento do SAP de Resende durante a noite”-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Senhoras e Senhores deputados - A razão desta minha intervenção prende-se com uma folha que me chegou à caixa do correio assinada pelo Senhor Deputado Jaime Bernardino Alves. É obvio que o Senhor Deputado tem todo o direito de emitir a sua opinião, também tem o dever de falar verdade. Senhor deputado Doutor Jaime tal como diz António Aleixo e cito “P’ra mentira ser segura e atingir profundidade tem de trazer à mistura qualquer coisa de verdade”. A interpretação que faço da sua missiva é um pouco aquele dos que falam, falam, que não dizendo nada, ainda faltam à verdade, e assim sendo é claro fico chateado. Mas a cada um cabe representar o papel que quer, pode e sabe. De acordo com o que parece defender e pegando no seu problema concreto “ que lhe atiraram

areia para os olhos”, no modelo actual do SNS para resolver a situação quer de dia ou de noite terá de ir ao SAP do Centro de Saúde de Resende, ser transferido para Lamego (Observado por oftamologia), o mais certo será nesse dia não haver nenhum serviço, será então transferido para Viseu e como a areia parece ser muita acabará certamente em Coimbra. (Pois não lhe agrada a ideia Resende, Amarante, Porto que os Socialistas defendem). Como o Senhor diz e bem os Resendenses merecem que lhes expliquem o que “os espera em matéria de saúde”. Aproveito a oportunidade para lhe tentar explicar. Como já anteriormente lhe referi neste local, a saúde não deve jamais ser utilizada como arma de arremesso político, não deve ser discutida com pressupostos apelativos aos medos e nunca se deve recorrer à falta de esclarecimento das populações, com o intuito de lhes criar medos e receios, fragilizando-as com intuítos nada meritórios. A discussão deveria ser desapassionada e livre de “chavões-político-partidários” deverá resultar no apontar de prioridades comuns para a saúde, sobretudo “numa fase de reorganização de serviços e de reformas profundas”. Quem o diz é o Doutor Manuel Delgado, Presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, que fez parte do grupo que em 1996 propôs o, pacto para a saúde. Diz o mesmo que o sector da saúde é “uma grande fonte de atracção” para ser usada como “arma de arremesso político”. Por sua vez a bastonária da Ordem dos Enfermeiros, diz que “há aspectos centrais que não devem estar sujeitos a ciclos políticos”, como é o caso de tudo o que se relaciona “ com a acessibilidade aos cuidados de saúde”. Por isso com serenidade, com bom senso analisemos a proposta elaborada por técnicos de competência reconhecida. Assim a proposta apresentada prevê a criação de uma Rede com três tipos de serviços de urgência – Serviço de Urgência Básica (SUP), Serviço de Urgência Médico-Cirúrgico (SUMC) e Serviço de Urgência Polivalente (SUP) -, num total de 83 serviços. O Senhor Deputado falta à verdade quando diz “Governo Socialista anunciou que 70 Centros de Saúde encerrarão no horário nocturno”. O que o Senhor Ministro disse e cito (Diário Digital 31-03-07) foi: O Ministro da Saúde anunciou na última semana o encerramento de “todos” os 70 SAP do país que atendem actualmente menos de 10 pacientes no período nocturno, mas só depois de criadas as condições necessárias e em consonância com os municípios. Senhor Deputado peço-lhe desculpa pela minha santa ignorância pois apesar de ser profissional de saúde, nem por sombras sabia que ignorância pois apesar de ser profissional de saúde, nem por sombras sabia que havia urgência programada. Estilo domingo vou ter um aumento de dejeções de características líquidas e vómito bilioso. Segunda areia nos olhos terça folgo (gosto de ver o trio de ataque), na quarta logo se há-de arranjar qualquer doença. Senhor Deputado de uma vez por todas entendamo-nos e sejamos rigorosos. O SAP nunca foi, desde a sua criação, nem poderia ser, um dispositivo de uma rede de urgências. Os SAP's foram aparecendo ao longo dos anos oitenta, com o objectivo de assegurar acesso a consultas de cuidados primários por falta de vaga no médico de família e com a continuação dos tempos começaram a servir de porta de entrada para um serviço de urgência. Como bem sabe os SAP a funcionarem ainda em regime de 24 horas diárias estão dotados de apenas um médico e um enfermeiro, sem formação especializada para situações urgentes ou emergentes, e um Auxiliar de Acção Médica. O que eu gostaria, Senhor Deputado, de discutir realmente são as coisas importantes para a saúde dos Resendenses, mas o Senhor apesar de usar a saúde como pretexto tem apenas um único intuito que é atacar o Senhor Presidente da Câmara. Mas daí vem mal ao mundo e talvez seja bom para a sua saúde. O Senhor Deputado deveria saber que a missão dos Centros de Saúde é fazer a parte preventiva, missão essa que é um instrumento necessário e relevante para o planeamento e para a utilização racional dos meios disponíveis, com o objectivo de obter “ganhos em saúde”, através da promoção da saúde e da prevenção da doença. Senhor Deputado infelizmente os problemas de saúde dos Resendenses não se confinam a uma ida a uma consulta a um SAP à noite. A população de Resende tem problemas de saúde sérios que urge resolver, falo-lhe do alcoolismo, da tuberculose (que vem aumentando), da prestação de cuidados a doentes em fase terminal, da saúde escolar, dos

cuidados continuados a idoso, dos cuidados de saúde ao domicílio de visitas domiciliárias, às chamadas famílias de risco. É alocando recursos a estas áreas que se vencerá a batalha da saúde em Resende. Senhor Deputado, promover a saúde, não pode ser só o tratamento da doença, terá de ser um investimento social estratégico, pois o futuro do estado de saúde do país está fortemente condicionado pelos nossos hábitos de vida. Não devemos jamais esquecer que as situações que mais mortalidade, sofrimento e dependência geram e que mais custos sociais originam podem prevenir-se. Se todos queremos um SNS eficaz, eficiente, equitativo e de qualidade tal só é possível com a reorganização do SNS. É essencial. Mais uma vez repito que a sustentabilidade do SNS depende do combate ao desperdício, poupando onde for possível, sem, em momento, algum prejudicar nem a equidade nem a qualidade. A qualidade é inimiga do desperdício. A qualidade não se melhora só por se gastar mais. A qualidade não melhora por ter salas de partos, urgências e SAP espalhados por todo o País. Sem critérios de racionalidade é sinónimo de má qualidade na rede prestadora. Não podemos continuar reféns de que a qualidade poderia estar ao pé da porta de cada um. A dispersão de recursos é inimiga da qualidade. Provavelmente alguns pensam que a requalificação das redes de urgência têm como pressuposto exclusivo o vector económico. Não é verdade! Estas reformas prendem-se sobretudo com a exigência crescente no aumento de qualidade na saúde. Seria impensável que, depois de os técnicos mais competentes do País recomendarem condições para as melhores práticas, esquecer tais recomendações em nome de uma paz social momentânea. É obrigação deste ou qualquer Governo responsável facultar todas as condições, que o estado da arte recomende. Manter as coisas como estão tem contra si a ruptura a prazo. Não é este o panorama que desejamos. Será uma fatalidade se não agirmos. Lucros dos privados. Senhor Deputado, mais uma vez revela insuficiência de conhecimentos e da realidade. Fala dos hipotéticos ganhos dos privados com o encerramento nocturno. Diga-nos quem são esses privados que ganharam as “pipas de massa”? Será que tem alguma coisa contra os privados? Não foi em Governos do seu partido que mais passos foram dados para a privatização da saúde? Já agora, por acaso, sabe que nos Centros de Saúde salvo as consultas médicas e de enfermagem, tudo o mais é feito por privados (exames complementares de diagnóstico) Acaso acredita que com o número de atendimentos nocturnos haja algum mecena privado interessado em desembolsar os 1250 Euros diários que custa um SAP como o de Resende. Um outro aspecto que não poderei deixar passar em claro é aquele em que refere e cito-o “Tentar enganar com obras de encher o olho, é demais falaciosa e contraditória a sua afirmação. Diga-me uma só obra já feita, ou a fazer pelo actual executivo que o Senhor não gostaria se acaso tivesse engenho e arte, de subscrever. O Senhor Deputado, não pode vir reivindicar autoria na construção do novo Centro de Saúde e depois dizer que é areia para os olhos das pessoas, que são obras de encher o olho. Sabe o que é pena? É de realmente de lastimar é a memória curta - por acaso já se esqueceu que há uns anos atrás quando se podia fazer um Centro de Saúde Novo se optou pela ampliação do actual sem que as obras fossem concluídas. E se alguém se decidiu por esta solução, não foi certamente o actual Presidente da Câmara, nem tão pouco um Governo Socialista. Não foi certamente a população de Resende que saiu beneficiada, não foram os profissionais que trabalham no Centro de Saúde. Mas alguém do seu partido ganhou a negociata. Perderam a possibilidade de fazer obra de encher o olho.”-----

Senhor Albano Santos: “ Muito Boa Tarde a todos! A minha intervenção tem a ver directamente com o comunicado do PSD, assinado pelo Doutor Jaime Alves. Pois é, Senhor Deputado, quando se escrevem e assinam coisas destas, sujeitamo-nos a ter que ouvir em triplicado aquilo que a oposição pensa. O Senhor foi já o autor de vários comunicados, portanto se ouvir três vezes a mesma coisa penso que não será demais. Tentarei não ser repetitivo, mas acho muito estranho que o Senhor, numa altura destas, ainda não tenha conseguido entender muito bem qual é a diferença entre um serviço de urgência e um SAP! ”-----

Doutor Jaime Alves: “Já, já consegui..!”-----

Senhor Albano Santos: “ Não, desculpe mas ainda não consegui. E depois garante que este serviço vai encerrar! Eu gostava, à semelhança da questão que lhe foi colocada, de saber onde é que o Senhor obteve essa informação. O Senhor está farto de saber como as coisas se vão passar, até porque faz parte desta Assembleia Municipal, e já nos foram prestados todos os esclarecimentos acerca de como o processo está a decorrer. Todos nós temos conhecimento de que há uma reestruturação dos serviços de saúde que está neste momento em curso, e que as reestruturações vieram para ficar. É bom que o Senhor e o PSD se convençam disso de uma vez por todas, quer o PSD local, quer o PSD nacional. Dá-me a impressão que os senhores ainda não se convenceram que as reestruturações vieram para ficar... Já muita gente as havia anunciado, mas ninguém as conseguiu levar por diante. Eu sei que agora dói ver reestruturar, mas reestruturar é preciso, está a acontecer e vamos ter que viver com isso. No entanto é garantido que o serviço de atendimento nocturno não vai encerrar em Resende. Já nos foram prestados todos os esclarecimentos, pelo que lamento o recurso a este tipo de comunicados. Este comunicado que o senhor enviou às pessoas, e que chegou também a minha casa, não passa de puro oportunismo político. É a forma de agarrar uma oportunidade para chegar às pessoas, já não digo com meias verdades mas com mentiras completas, repetindo-as sucessivamente ao ponto de pretender que as mesmas se transformem em verdades absolutas. Quando a seguir diz “Isto no caso hipotético de o SAP encerrar”, mas que não encerra, como o senhor bem sabe, e continua “Se ao menos existissem acessibilidades para outros pontos e para outros serviços de urgência”... Deixe-me dizer-lhe uma coisa, se tivéssemos uma auto-estrada daqui ao serviço de urgência mais próximo o senhor acharia sempre que era insuficiente, que não servia os interesses de Resende. O Senhor arranjará sempre algo para acrescentar, portanto não vamos por aí. Quando diz que o Partido Socialista de Resende terá de assumir esta derrota, não sei a que derrota é que o Senhor se refere, mas a esta não é com certeza. Esta não assumiremos, garanto-lhe. O PS de Resende não terá aqui que assumir qualquer derrota. Espero, isso sim, que o PSD de Resende e que o senhor em particular, autor que foi deste comunicado, saibam assumir a derrota na altura própria. Que sejam capazes de, nessa altura , emitir um novo comunicado a pedir desculpa às pessoas por aquilo que disseram indevidamente, por aquilo que tentaram incutir no espírito dessas mesmas pessoas e que não correspondia à verdade, quando o Senhor já sabia que estavam a mentir! Isto, em política, é muito complicado. Sabendo-se que se está a mentir, mente-se descaradamente e assina-se por baixo! Não se faz! Há depois toda uma série de questões que o senhor deixa no ar, num cenário de hipotético encerramento, mas sobre as quais não me pretendo alongar muito, pois no que respeita a serviços de saúde já alguém, aqui o meu colega de bancada Enfermeiro Álvaro deu todas as explicações, e nessa matéria não tenho dúvidas que ele está bem mais habilitado do que eu. A seguir, o seu comunicado alerta-nos para o facto de podermos vir a ser obrigados, no caso de um problema grave de saúde, a gastar uma “pipa” de massa! Fica uma interrogação no ar... será que o senhor entende que, numa situação de urgência, o doente vai ser obrigado a pagar a um privado a tal “pipa de massa”, ou será que, com a garantia que está em cima da mesa relativamente à continuidade do serviço de atendimento permanente nocturno o senhor acha que se vai aqui gastar a tal “pipa de massa”? Como é sabido, haverá transferência de competências para as autarquias, pelo que deverão ser previstas as verbas necessárias para fazer face a esse acréscimo de competências. O Senhor acha que vai custar assim tanto dinheiro? Acha que o município de Resende vai perder tanto, se isso vier a acontecer? Deixe-me fazer-lhe esta pergunta: Será que o Senhor, será que nós temos ideia de quanto custa manter em funcionamento o SAP? Será que se vai ganhar ou perder no futuro? A seguir refere também as extensões de saúde de São Cipriano e de São Martinho de Mouros, e eu, mais uma vez volto ao início da minha intervenção, o senhor continua baralhado, não sabe mesmo do que é que está a falar. Mistura serviços de urgência com SAP's, agora mistura os SAP's com extensões de saúde e, que eu saiba, nestas extensões de saúde não há atendimento

nocturno. No último parágrafo do seu comunicado diz-nos que “há coisas mais importantes para Resende”. Confesso que não vejo muito bem onde quer chegar, pois contrariamente àquilo que é a sua opinião, entendo que Resende está cada vez mais rico. Está mais rico tendo em conta todo o conjunto de obras e equipamentos que hoje temos e que não tínhamos num passado bem recente, portanto Resende tem todas as condições para continuar a crescer. Foi com satisfação que, esta manhã, na apresentação da revisão do PDM, verifiquei que em Resende as coisas começaram pelo princípio, mas tendo sempre um fim em vista: Fazer Resende crescer. Curiosamente, o senhor acha que estamos cada vez mais pobres. Lamento também discordar, e deixe que lhe diga uma coisa. Eu tenho muito orgulho naquilo que foi feito pelo PS no nosso concelho, e sinto isto como obra também minha. Seria bom que o Senhor tivesse este mesmo sentimento, porque tudo aquilo que está feito é meu, é seu e é de todos nós! E nós temos de ser capazes de sentir isto, enquanto não formos capazes não vamos lá, não adianta. Isto vem na sequência das obras que o senhor entende que são obras de “encher o olho”. Deixe-me que lhe diga, e estou quase a terminar, apenas o seguinte: No início do primeiro mandato do Engenheiro António Borges como Presidente da Câmara de Resende, logo no primeiro ano, os senhores acharam que não se fazia nada, que não havia obras. Havíamos prometido muito mas nada estava a ser feito! Quando surgiram as primeiras obras, eram obras vossas, eram projectos vossos, obras que já estavam previstas... Agora, que as obras não param, chamam-lhes obras de “encher o olho”! O Senhor Deputado defina-se de uma vez por todas, para ver em que ficamos. Estamos aqui hoje, neste equipamento onde se reúne pela primeira vez a Assembleia Municipal, e onde tivemos oportunidade de assistir durante a manhã, à apresentação da revisão do PDM, com todas as condições necessárias para essa mesma apresentação. Acha realmente que esta é uma “obra de encher o olho”? Para terminar queria-lhe dizer o seguinte: O seu comunicado está cheio de interrogações... o que em política não é bom indicador. Um político responsável por um comunicado com muitas interrogações não sabe do que está a falar, não tem certezas, não tem garantias, não transmite confiança. São interrogações a mais para um comunicado só! Termino com as últimas palavras do seu comunicado: “Areia para os olhos, Senhor Deputado, não Obrigado!”.”-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freigil: “ Vou fazer a minha intervenção sobre o comunicado e dirigido ali ao nosso colega deputado pela seguinte forma vejo que em nove anos que me meti na política, vejo que o PSD Resende deve ter um mau maquinista. Pela seguinte forma, penso que está a ser gerido por um Presidente que dá muito má educação aos seus correligionários. Porque deparei-me e lá está à vista para quem quiser ver, na semana passada fizeram o favor de retirar uns cartazes que eu tinha colocado nuns aplacardes fixos, que temos e onde expomos tudo o que é público. Retiraram os cartazes para expor bem exposto à vista de toda a gente um comunicado que toda a gente tinha recebido em casa. Dá-me a impressão que isso é má educação, acho que até poderá ser, sei lá, um incentivo a criar alguma polémica. Sobre isso eu queria dizer o seguinte: Nós sabemos para quem lê algumas coisas a nível europeu, sabemos que o que está a ser implantado em Portugal neste momento, já é velhinho em alguns países da Europa, sabemos que deram resultado e há prova disso. Eu acho, antes que o Doutor Jaime procurar lançar um comunicado destes devia fazer uma ronda pelo Concelho e ir buscar registos do Bombeiros Voluntários de Resende e perguntar se foram atendidos pelo novo serviço que está a ser executado pelo INEM e pelos Bombeiros e perguntar se foram bem atendidos, como é que foram. Eu estou-lhe a dizer que em 3 ou 4 casos que se deram recentemente em Freigil conseguiram ser atendidos mais rapidamente no local, e até desloca-los para já muito próximos dos hospitais, no tempo rápido que não se chegava aqui ao centro de Saúde de Resende. Eu posso-lhe dar prova disso porque ultimamente um Senhor com princípio de um AVC foi socorrido em casa, os telefones tocavam a toda a hora e a todo o instante até chegar lá quem o atendesse e de seguida no alto de São Cristóvão já lá estavam os médicos do INEM para o socorrer. Coisa que isso não acontecia se tivesse que vir para o Concelho de Resende, ou para o Centro de Saúde de

Resende. Primeiro antes de fazer um comunicado destes devia fazer um inquérito sobre a população que tem sido servida. Segundo vejo uma falta será também de ingenuidade em aplicar ali dois nomes, que para quem assistir à dedicação, a forma como foi feita a ida à Assembleia da República e logo ao cabo de dois ou três dias, sair este comunicado. Eu eventualmente acho que se tivesse a dizer sobre a saúde ou outro ponto do Concelho, ao menos acho que devia retirar ou que não devia ter aplicado o nome de algumas pessoas, quando há poucos dias tinham demonstrados ser aplicados e tem sido um exemplo para os Concelhos vizinhos. Isso é de lamentar. E continuo a dizer que lamento, conheço e penso eu que não devo estar muito enganado que os PSD de Resende não devem estar todos consigo, porque acho que há gente muito boa que mais com os olhos do que o Senhor com o coração. Tenho dito!.”-----

Doutora Cláudia Vieira: “Pedia que o Senhor Deputado Jaime Alves respondesse à minha questão.”-----

Doutor Jaime Alves: “Respondo só no final.”-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “Dou-lhe o direito de resposta no fim.”-----

Doutor Jaime Alves: “ Se me permite como são questões referentes à minha pessoa e mais do que tudo eu prefiro ouvir e no final respondo, uma vez que o Senhor Presidente no final e no enquadramento da defesa da honra que se justifica aqui.”-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “Dou uma vez o direito de resposta a cada um.”-----

Doutor Jaime Alves:” Uma vez que fui aqui chamado de infantil e mentiroso.”-----

Doutora Cláudia Vieira: “ Eu lamento que realmente não me tenha respondido porque pretendia apenas que nos dissesse como teve conhecimento do suposto despacho, mas já percebi que como é timbre no seu partido foi através dos jornais. Porém, eu garanto-lhe que tenho acompanhado este assunto ao pormenor e que ainda não há qualquer decisão sobre o período de funcionamento do SAP. O Governo, através do Ministério da Saúde, começou por contactar os Municípios do distrito de Bragança, seguidamente passará para os Municípios dos distritos de Vila Real, Viana do Castelo, etc. O processo tem vindo a iniciar-se, com a análise da situação concreta de cada Município, posteriormente têm sido apresentadas e discutidas soluções com os Municípios, sempre com o objectivo de que as novas respostas mudem o acesso e as condições de saúde para melhor. Se a resposta para as situações de urgência do nosso Concelho, passar por meios de transporte muito mais rápidos, como aconteceu no distrito de Bragança onde se conciliou a permanência de um helicóptero ao serviço dos Municípios com piores condições de acessibilidade, aliada à cobertura de todo o território nacional pelo INEM, que já é uma realidade, contrariamente ao que a Enfermeira Elsa referiu na reunião anterior, pessoalmente e enquanto munícipe, nada tenho a opôr ao encerramento do S.A.P. durante o período nocturno. Tenho por princípio querer para os Resendenses aquilo que quero para mim e para a minha família e para mim numa situação de urgência, e todos nós sabemos o que é uma situação de urgência, o SAP não me serve. Portanto não me chocava nada, e assumo isso sem qualquer tipo de problema, que o SAP viesse a encerrar durante a noite, pois considero que o factor “qualidade” na prestação de serviços de saúde é essencial e falo como residente, contrariamente ao Senhor Deputado que, tanto quanto sei, reside numa grande cidade. E, quando li o “comunicado” do seu partido, até fiquei com curiosidade em saber quais seriam os Resendenses, que em situações de urgência, nos chamados casos de vida ou morte se salvaram pelos SAP do Centro de Saúde de Resende se encontrarem abertos durante o período nocturno. E, para além de o Governo analisar e estudar as respostas possíveis existem as denominadas ”situações excepcionais”, pelos mais diversos factores, tal como o problema das acessibilidades, de que Resende infelizmente ainda padece e que têm vindo a merecer um tratamento também ele excepcional, que poderá passar

mesmo pela manutenção do SAP em período nocturno, enquanto aquele constrangimento subsistir. Mas, entretanto, devo informar-vos que qualquer decisão relativamente ao SAP de Resende, terá muitos meses pela frente. E por aqui está a ver a confusão que indevida e ilegitimamente, lançou sobre a população, o que é imperdoável para uma pessoa que desempenha cargos políticos. Perguntou por que é que Cinfães vai ficar com uma Urgência Básica e Resende não? Porém acho que era o seu partido que devia responder e não o nosso. Por que é que o anterior executivo camarário do PSD não se bateu mais cedo pelo Centro de Saúde, porque é que não o obtivemos?? É muito fácil perceber. Eu já percebi que realmente o senhor deputado tem alguns chavões, mas falta-lhe muita informação e até conhecimento da realidade. É muito fácil perceber porque é que Cinfães vai ter uma urgência básica, uma vez que o Centro de Saúde de Cinfães é praticamente um mini hospital, não é? E há que ser rentabilizado, há que tirar partido de tão grande espaço e isso deveu-se à habilidade e à astúcia do Senhor Presidente da Câmara de Cinfães, enquanto o facto de ainda não dispormos de um novo Centro de Saúde concluído se ficou a dever à falta de habilidade e astúcia do anterior Presidente da Câmara. Relativamente à afirmação o “Governo Socialista é uma fraude”, está a esquecer-se que foi o anterior Governo que não teve ousadia para efectuar as reformas que queria e devia, mas que já tinha decidido, por exemplo, encerrar a maternidade de Lamego. A memória realmente é muito curta e vocês nem se apercebem dos tiros que dão para os pés. Não têm noção! Esqueceram-se ... Agora afirmam que “o interior do País é quem mais sofre”, porém isso não é verdade, o actual Governo está a dar um tratamento de excepção ao interior e para a nossa área foi mesmo criada a Unidade de Missão do Douro, precisamente para que toda esta região tenha um tratamento excepcional, que permita o seu desenvolvimento, há tanto prometido. Quanto à “referenciação” que indicam no “comunicado” uma vez mais fico espantada. Embora admitindo que os estudos técnicos efectuados pelas equipas criadas para o efeito, por vezes, se tornem públicos sem que exista qualquer decisão política, isto é só mesmo prodígio seu, imaginação sua, porque nem a equipa que está a estudar o assunto se pronunciou, ou propôs qualquer referenciação. Por isso, aconselho-o, a ir com calma, informar-se, e só depois falar, para evitar acusar os outros de não terem defendido os interesses de Resende e outros incidentes como este, pois preocupa-me muito a confusão que está a lançar nos Resendenses. Não lhe reconheço legitimidade para me inquirir sobre o que quer que seja. Preocupo-me e acompanho os assuntos que dizem a respeito a Resende, não só com a Saúde, como com as Acessibilidades, a questão da Manutenção do Tribunal. São áreas que tenho acompanhado apenas com o propósito de ajudar Resende e os Resendenses, para que Resende consiga desenvolver-se e os Resendenses, pessoas a quem eu de facto me liguei afectivamente, melhorem as suas condições de vida e não por qualquer ambição política, o que, presumo, será difícil perceber para si, como é que alguém que está na política não tenha tais ambições. Não faço aquelas comunicações habituais para os jornais, como muita gente faz, que, por vezes, interpreto como uma necessidade de lembrarem ao eleitorado que ainda existem. Não estou lá para fazer política por política e não conte comigo para tricas e politiquices, nem para se pronunciar sobre a minha posição política, sobre se eu estou de bem ou de mal com o Engenheiro António Borges. E só lhe quero deixar um último recado independentemente de qualquer desentendimento, não tenho que prestar-lhe contas sobre o meu futuro, mas já deixei bem claro, que a minha ambição não é a política. Graças a Deus, tenho uma profissão que sempre abracei e quero continuar a abraçar e devo dizer-lhe que, mesmo depois de sair de política e tenciono fazê-lo no final do mandato, quero deixar aqui bem claro que mesmo assim vou continuar a ser sempre socialista. Peço-lhe que registre isto!”:-----

Doutor Jaime Alves: Primeiramente, gostava de enquadrar a minha intervenção no contexto do Regimento da Assembleia Municipal que me permite fazer a defesa da honra. Gostava de começar por dizer aos Senhores e à Senhora que não lhes admito que ponham em causa a minha pessoa, os meus valores nem o meu carácter, caso contrário, dar-me-ão o direito de por

em causa os vossos e de fazer juízos de valor sobre o vosso carácter. Quando a Senhora Dra. me chama de “infantil” dá-me, também, o direito de fazer juízos de valor acerca da sua pessoa, não o quero fazer... Não estamos aqui para julgar o carácter de ninguém, estamos aqui para responder e defender políticas. O Senhor que me chamou mentiroso não tem moral para o fazer, caso contrário, posso sentir-me no direito de lhe fazer a mesma coisa a si. Era bom que ficassem registadas as declarações que aqui foram proferidas, porque aqueles que falam do carácter dos outros, como tem sido prática do PS, não dignificam em nada a Assembleia onde estamos. Segundo ponto, a Senhora Deputada da Assembleia da República, Dra. Cláudia Vieira, o Senhor Jorge, Presidente da Junta de Freigil, o Senhor Albano, Presidente da Concelhia do PS Resende e o Sr. Enfermeiro Álvaro, Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras, podem ficar tranquilos porque a mim não me tiram o sono, mas estou a ver que os senhores perdem muito tempo a pensar em mim, devem acordar durante a noite a sonhar comigo... Perdem tanto tempo com o Presidente do PSD porque escreveu um artigo... Eu sei por que é que estão a fazer isto, é para tentar intimidar o Presidente do PSD, para este se cale e não chegue junto das pessoas. Mas não vão consegui-lo, porque tanto a mim como a esta bancada, com certeza, não nos vão calar porque nós estamos aqui sempre para defender os interesses dos resendenses! Será que tenho que vos ler outra vez o estatuto do direito à oposição? Será que ainda não deram conta que a legitimidade com que estão sentados desse lado, justificando o poder conferido ao Senhor Presidente da Câmara é exactamente a mesma que nos foi atribuída a nós, oposição, para também defendermos os interesses dos resendenses? Os Senhores julgam-se o quê?... Donos da verdade? Agora vou passar a explicar porque é que escrevi o comunicado: o porquê de eu ter escrito o comunicado e as fontes que utilizei foram: Jornal “O Sol”, tem lá a lista dos cinquenta e seis Sap’s a encerrar, Resende é um deles! A “TVI” noticiou o encerramento do Sap de Resende! O Jornal “O Público” noticiou o Encerramento do SAP de Resende. Apontem aí mais esta: o Senhor Ministro da saúde, Correia de Campos, disse na TVI, e eu ouvi, que “todos os serviços de atendimento permanentes a funcionar no momento, com menos de dez episódios de urgência por noite vão encerrar”. Quantos episódios de urgência existem no nosso Centro de Saúde no horário nocturno? Respondam-me! Depois disto, queriam o que? Que nos calássemos? Um à parte: Chamaram-me aqui por diversas vezes “Deputado municipal”, fica-vos mal, acho que devemos utilizar os termos certos. Não existem Deputados Municipais, só existem Deputados no Parlamento, tenho aqui a lei 169/99, a senhora Dra. é jurista e advogada, consulte-a e vá lá ver se tem alguma referência a Deputados Municipais... Existem Membros da Assembleia Municipal e acho que se devem chamar os nomes certos às coisas. Por que é que não proferem nem dizem nada acerca do dia sete de Abril, dia de Feira de Resende, em que estiveram representantes do Partido Comunista a recolher assinaturas contra o encerramento do SAP? Por que é que não falam nada acerca disso? Outra questão que eu gostava de referir, relativamente ao comunicado, reporta-se a uma pergunta que fica no ar, a quem alguém deve dar resposta... O Senhor Deputado, seu colega no Parlamento, Doutor Carlos Miranda de Tondela, da Comissão de Saúde, disse-me que tinha informação segura que o Governo pretende encerrar todas as extensões de Centros de Saúde com menos de dois médicos... O que vai acontecer às Extensões de S. Martinho e S. Cipriano? Vou terminar, reafirmando o que se afirmei ao início: se não querem que julguem o vosso carácter, não julguem os dos outros. Tenho dito!.”-----

Senhor Albano Santos: "Quando o Senhor afirma que se sente ofendido ao ser tratado por mentiroso, sinceramente não vejo de que outra forma possa ser tratado alguém que falta deliberadamente à verdade... Apesar de citar as fontes de onde obtive as informações, convinha ter algum cuidado e confirmar a sua veracidade para não correr o risco de faltar sistematicamente à verdade."-----

Doutora Cláudia Vieira:” O que eu eu pretendia esclarecer foi exactamente, uma posição seria, posição do Governo. Que neste momento o Governo não tem decisões sobre o SAP de

Resende. O que ouviram o Senhor Ministro falar, é sempre nos estudos efectuados e que haverá situações de excepção conforme o caso concreto. E não acho que seja correcto, nem legítimo e muito menos sério, para com Resendenses ,recolher, pegar informações dos jornais para dar isso como uma decisão do Governo. Portanto, lamento que isto aconteça mas também devo-lhe dizer que realmente e quanto à parte da defesa da honra que tenho direito, devo dizer-lhe que o Senhor a mim não me tira mesmo o sono. Aliás, seria um pesadelo horrível pensar em si de noite! Portanto fique tranquilo, mas é exactamente isso. “-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “Está esclarecido, efectivamente este é um assunto complicado.”-----

Doutor Luís Miguel Botelho: “ Boa tarde a todos os Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal; Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal; Exmos. Srs. Presidentes de Junta e restantes Membros da Assembleia Municipal; Ilustre Público: Antes de mais, esta é a minha primeira intervenção e espero nunca ter que chegar a aquilo que ainda agora acabei de presenciar. Há pessoas que já andam há muito tempo na política, nunca pensei que isto poderia vir a acontecer. A minha área profissional é a desportiva e fiz isto em casa, não para atacar o Senhor Presidente e nem para atacar a Câmara, até porque algumas coisas que aqui tem é para todos nós. Como profissional da área desportiva, sinto que devo expressar o contentamento pela construção de equipamentos desportivos no nosso concelho. No entanto, sou da opinião que a sede de concelho deveria ter melhores condições, nomeadamente no que toca ao Pavilhão Municipal de Resende, que se encontra bastante degradado. Por outro lado, considero que seria bem mais proveitoso canalizar as verbas, que se irão gastar na final da Taça de Voleibol, na promoção das equipas locais. É sabido que tais eventos são tão passageiros que acabam por ser esquecidos em questão de dias. Não seria melhor para Resende que os jovens desportistas se sentissem apoiados pela câmara municipal? Será que eles não conseguem fazer chegar o nome de Resende bem mais longe? Por fim, com esta opção tomada pela Câmara Municipal serão gastos vários milhares de euros num evento efêmero que pouco dará a Resende, ao invés de se ter a coragem de investir esse dinheiro na prática desportiva dos nossos Jovens, ficando o dinheiro no concelho. Em relação a isto tenho outra coisa a dizer, quando houve aquela prova de atletismo, eu acho correcto que a gente tenha provas de atletismo, que haja finais da Taça de Voleibol. Assim como há uns anos houve a final da “Four” de basquetebol. Agora o que eu não entendo é gastar-se este dinheiro com eventos que depois não têm seguimento nenhum. Há uns anos atrás aconteceu isso, no caso do atletismo nem sequer, penso eu, existia nenhuma Associação aqui em Resende que praticasse atletismo. E em relação ao voleibol embora haja uma pessoa, que eu conheça que tem uma Associação e que de facto é um exemplo profissional. Mas devido ao que a gente tem actualmente aqui em Resende, acho que era bem mais proveitoso, começar pelas camadas jovens do Grupo Desportivo de Resende, que têm e passam por muitas muitas dificuldades. Devia-se aproveitar esse dinheiro de outra forma.”-----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal:”Peço muita desculpa mas não posso deixar de passar isto em branco. Eu lamento profundamente, que alguém que está ligado à área desportiva, tenha uma intervenção deste tipo. Penso que é com algum orgulho que no feriado nacional do Dia 25 de Abril, e penso que esta final será transmitida e o nome de Resende, será visto pela maior parte dos Portugueses. Penso que foi aproveitado o facto da inauguração do Pavilhão de Anreade, para se desenrolar lá a Final de uma Taça de Portugal. Se eu colocasse esta questão à Federação de Voleibol, de quantos concelhos é que se candidataram a esta final, provavelmente teria lá vários. Portanto, lamento profundamente, que se a ideia que está por trás dessa intervenção, é efectivamente é querer que o dinheiro fosse empregue, nos miúdos, já devia ter sido lançada aqui para esta mesa. Por que nós já andamos nisto há muito tempo, estamos há dois anos nesta legislatura. A ideia já devia ter sido lançada antes destes eventos. Como é óbvio! Agora há um evento, ou seja a inauguração de um pavilhão que penso que será o orgulho dos residentes de Anreade e dos Resendenses.

Conseguiu-se que a Federação cedesse a final para Resende, e agora aproveita-se do facto disso, para dizer que o dinheiro disso devia ir para outro lado, nesse caso já devia ter sido antes de ter sido publicitado evento. Essa ideia já devia ter sido lançada para a mesa para ser discutida “ Olhe se por ventura, estão a pensar gastar algum dinheiro em determinados eventos, sou de opinião que devem utiliza-lo. Desculpe mas eu tenho que intervir porque não se pode fazer política a qualquer preço. É preciso saber dizer as coisas no timing certo. Porque isto é um bocado deprimente. Para quem trabalha nisto com o afínco que eu sei, que senão sou e não faço parte do executivo. Para conseguir algum protagonismo para o concelho de Resende que nunca teve e que agora está a ter. E quando aparece alguma coisa para Resende, surge alguém a dizer que não senhor, que o dinheiro devia ser empregue noutra coisa qualquer. Quer dizer se e efectivamente sentirmos dentro de nós como tu que és um profissional de desporto à muito tempo e já aqui andas há muito tempo, já devias ter transmitido à Assembleia ou então a tua opinião deveria ser transmitida por exemplo ao senhor Vereador do Desporto. Eu acho muito bem que tenhas ideias e que as transmitas ao vereador para as poderem estudar. Não é aproveitar agora a realização de um evento para o criticar. Li agora aqui o comunicado que o Doutor Jaime fez e que também diz que “Eventualmente a Câmara Municipal poderia assumir algum encargo”. No caso do atendimento nocturno cessar que a câmara poderia assumir o pagamento dos profissionais que lá estão a prestar o serviço, e depois põe isso em causa aqui. Quer dizer reconhece-se a necessidade de estar lá alguém, e de resolver um problema, e evidente que tem de se pagar. E agora discute-se por o dinheiro que se tira vai daqui para acolá. Isto é tudo bem, a gente tem que criticar e fazer críticas, tem que aproveitar as oportunidades políticas Etc... Mas é necessário levar em conta, fundamentalmente aquilo que eu disse, o trabalho, o afínco que o Senhor Presidente da Câmara e os Vereadores tem tido para desenvolver todo este projecto. A construção do Pavilhão, a realização de uma final, que se não fosse feita em Resende era feita noutra concelho, e ouviria-mos falar desse concelho. Aproveitar esta altura para expor uma ideia, na minha opinião acho que não está bem. Desculpe intervir mas acho que tem que haver uma oportunidade política para se dizer as coisas. O que lhes vai na cabeça. Desculpe a minha intervenção, mas tenho o direito de me manifestar. Estas questões devem ser pensadas melhor, antes de serem colocadas aqui na Assembleia Municipal.”-----

Doutor Luís Miguel Botelho: “Quando eu comecei esta minha intervenção, que fiz em casa, tive o cuidado de dizer que era profissional na área desportiva e até tive o cuidado de dizer que expressava o meu contentamento, pela construção de equipamentos desportivos no Concelho. E, que não era contra a final da Taça de Portugal de Voleibol e a de Basquetebol, que foi feita há uns anos atrás, e que inclusive foi feita pelo Partido onde eu estou agora, o ténis de mesa ou seja o que for. Se o Doutor estivesse deste lado e se treinasse uma equipa como eu treino no Grupo Desportivo de Resende, de iniciados, e lhe caísse um miúdo ao chão e não tivesse lá “Betadine” para lhe colocar na ferida. Porque não há dinheiro para nada, ou querer pagar-lhe um almoço melhor e nem sequer dinheiro para isso há. Se assim fosse, o Doutor era capaz de pensar de forma diferente. Eu acho muito bem, que a Câmara faça. Agora, o que eu quis transmitir foi que esse dinheiro deveria ser gasto nas Associações de Resende. Falei numa porque trabalho lá de borla, para ajudar e que se pedir dez fatos de treino à Câmara com o nome da Câmara Municipal, às tantas não os tenho. Compreende agora! Nem eu poderia ir contra fosse o que fosse. Eu não me tinha era feito entender.”-----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “ Fez-se entender, eu estou é contra o “timing” da apresentação desse assunto.”-----

Doutor Luís Miguel Botelho: “Relativamente ao “timing”, é que eu estou aqui há dois anos, e estou a aprender, porque eu sou novo e numas coisas aprendo noutras vamos ver. Agora antes de apresentar fosse o que fosse disse que não estava aqui para falar contra o Senhor Presidente da Câmara, nem contra a Câmara. Esta é apenas a minha opinião.”-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ovadas: “Era só para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara sobre a água de Trás-os -Montes-e-Alto-Douro, se já vem a caminho? É bem precisa. Queria saber se Ovadas está incluída nessa rede. Porque segundo me disseram aquela parte vai ficar sem ficar ligada à rede.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “ Agradeço a pergunta, até porque me permite “iludir” o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente à participação anterior. Em relação ao primeiro assunto “Saúde”, confesso que não li o comunicado que aqui foi discutido. Devo apenas dizer-lhes que na, terça-feira, voltei a estar com o Senhor Ministro da Saúde, como o Senhor Presidente da Assembleia tem conhecimento, e o que o que foi dito sobre o atendimento nocturno, no Centro de Saúde , não é nada que não tenha sido garantido por mim, há um ano atrás. No seguimento das conversas que tenho tido com o Senhor Ministro, portanto em nenhuma circunstância esteve em causa o atendimento nocturno no Centro de Saúde. Como em nenhum tempo esteve em causa a continuação do nosso Tribunal e a GNR. E como provavelmente avançaremos para uma loja do cidadão em posição sempre consertada sempre com a Senhora Deputada, onde aqui expresse a minha solidariedade. Devo dizer-lhes que fico-me por aquilo que disse sobre o Centro de Saúde e aquilo que foram as garantias já as disse do ponto de vista político. “Quem semeia ventos colhe tempestades” e as tempestades a seu tempo lá chegarão. E a seu tempo perceberão o que quero dizer. Politicamente devo confessar que é um bom pretexto político para o Senhor Presidente da Câmara, mais uma vez reforçar algumas posições no Concelho, como se verá a seu tempo! O Presidente da Câmara lá estará na altura certa, quando tivermos que contratualizar com o Senhor Ministro da Saúde a fazer política pela positiva. Era essa a ideia que lhes queria deixar independentemente da metodologia que está a ser usada os Municípios de Bragança, que passará para Viana do Castelo e depois Vila Real, é uma metodologia que estava contextualizada e acordada entre eu próprio e o Senhor Ministro da Saúde, há muito tempo. Eu posso-lhes mostrar os documentos que me foram fornecidos e onde consta sempre, que em relação ao SAP de Resende nada aconteceria sem a concertação do Presidente da Câmara e sempre estaria presente a questão das acessibilidades. Portanto enquanto esse problema como noutros casos, fala-se muito e acerta-se pouco. Mas deixem-me que lhes diga ainda, que foi interessante, apesar de algumas intervenções que aqui foram feitas dentro do calor político que estas coisas têm. Foram feitas aqui algumas reflexões, que eu noto como muito importantes, para um órgão como este. Em relação às questões da saúde é obvio que as pessoas se vão descredibilizando, é fraquinho, fraquinho, mente, mente! Depois de facto quando dizem verdades, já ninguém acredita neles. É isso que vai acontecer na nossa vida, como na política, é sempre assim. Eu não comento outras questões, nem sequer li o comunicado e digo isto, sem uma ponta de ironia, porque não o li mesmo. Normalmente em relação aos comunicados a minha mãe é quem me alerta, e desta vez não me alertou e passou ao largo! Pelos vistos nem a minha mãe deixou de dormir por causa disso, ela normalmente é que é a minha assessora de imprensa, para as questões da oposição, de maneira que não li e depois fui questionado e apanhei uma ideia ou outra solta. Não valorizei. A outra questão que está aqui em causa, confesso-lhes que não fiquei surpreendido na questão do voleibol, porque ainda temos em Resende muita gente, que não percebe como um Concelho como o nosso pode ganhar notoriedade e naturalmente também afirmar-se num contexto regional e até a outro nível. Devo-vos dizer que o investimento na final da Taça de Portugal é altamente rentável, em termos de promoção do Concelho. Mesmo a nível financeiro, o número de horas na comunicação social, que as televisões passam de um acontecimento como este, já por si, só é rentável em termos da promoção do Concelho. Para além de que a realização de eventos e para quem formação na área desportiva, sabe que se faz promoção da alta competição, muitas vezes e usa-se a alta competição como promoção do desporto de massas, ou seja, muitas vezes quando usamos a alta competição, fazê-mo-lo para promover a massificação da prática desportiva. Portanto, quando alguém na área do desporto, não compreende e não percebe uma

lógica de fomento deste tipo naturalmente me deixa deprimido, não tanto por mim, mas mais por se perceber que estamos perante alguém que tem uma visão pessoal, eu nem diria que é uma questão de mau perder político. Não se trata disso porque a questão nem se põe neste momento, nem nessas circunstâncias. Mas da ideia de que mesmo quando os outros fazem coisas que são positivas, isso muitas vezes é sempre mau. Por que não somos nós a fazer? As vezes há essa tendência na política como em outras coisas da vida. Queria dizer-lhes que ainda não temos nenhuma, por exemplo de secção de remo a funcionar plenamente. Mas iremos ter a Final da Taça de Portugal de Remo, em Junho em Caldas de Arêgos e isso tem gerado no nosso clube náutico, quer na área do voleibol agora, quer na final da taça de Portugal em remo, um movimento daquele clube que há já uma postura no sentido de retomarem a participação da sua equipa de voleibol no Campeonato Nacional. No caso do Remo, o Clube Náutico com o Instituto de Desportos com o ING de Lamego e outros clubes da região celebrou um protocolo, no sentido de dar os primeiros passos na pratica de Remo. Caminha-se, caminhando não nascemos crescidos, nascemos conforme temos que nascer e há um caminho a percorrer. Não posso deixar de referir aqui um caminho a percorrer. Não posso deixar de referir aqui, também como pura demagogia, dizer que ou deixa-se no ar que a Câmara de Resende não apoia o grupo Desportivo de Resende e as suas camadas jovens. É pura demagogia. Dá-se a ideia que não estamos a apoiar e é mentira. Nós atribuí-mos ao Grupo Desportivo de Resende para a sua camada jovem e para a sua camada sénior cerca de vinte cinco mil euros, e atribuímos uma carrinha, para os transportes das camadas jovens que custou cerca de trinta e cinco mil euros. Damos em todas as épocas financiamento para as camadas jovens. Não aceito esta demagogia de dizer que não há dinheiro para “Betadine”. Isto não é uma questão pessoal, é política. Os vinte e cinco mil euros é para gastar mil e quinhentos contos ou à volta disso para a camada jovem e o resto para os seniores. É também conhecido que o Presidente há dois ou três anos atrás atribuiu a todos os jovens que praticavam desporto, um fato de treino. Eu aceito claramente a ideia que podemos discordar, mas temos que nos habituar a discordar de uma forma conceptual. Portanto o senhor Deputado não levará a mal isto não é uma questão pessoal. Como é obvio tem a sua opinião e eu contrapús a minha. Acho inclusivamente que o desporto mesmo com o Concelho como o nosso, pode ser um veiculo de afirmação, de notoriedade e até de auto-estima dos concidadãos. Quando vem aqui os Senhor Jorge Nuno Pinto da Costa ou o Senhor Filipe Vieira, ou quando outros acontecimentos de relevância acontecem cá, é sempre o Concelho que pesa, que marca e soma. Essa ideia do “orgulhosamente sós e virados para dentro”, do meu ponto de vista é algo que já não resulta e temos que ter a ousadia de criar através de acontecimentos âncoras projectar-mos o Concelho. Transmitimos a ideia de que somos capazes de fazer como os outros, darmos essa imagem para o exterior e através dos exemplos de alta competição deixamos o germen para que aqui no Concelho se faça, o fomento da prática desportiva. Aceito a sua crítica dentro daquilo que são parâmetros correctos conforme as colocou numa cidade democrática aceitará a minha resposta de alguém que discorda profundamente da sua visão. Talvez e sobretudo por isso estamos em campos políticos opostos e nem acho isso um problema de PS ou PSD. Porque certas Câmaras do PSD têm praticas como aquelas que nós temos agora e lá também lutam pela notoriedade do seu municípios com armas do género daquelas que estamos a trabalhar. Gondomar tem eventos desportivos e não tem em algumas modalidades onde promovam esses eventos, nenhuma notoriedade relevante no panorama nacional. Em relação ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ovadas queria dar-lhe esta nota. Não deixará de passar Ovadas, Panchorra e Talhada a partir do “Balsemão”. Esta é uma fase em que estão adjudicadas as linhas de adutoras principais e a própria barragem e estamos a falar de cerca de cinquenta quilómetros que já estão a ser instalados no Concelho de Resende. A primeira prioridade é a que vem do Balsemão – Feirão- Felgueiras e depois aqui até aos reservatórios altos em Vinhós. Temos prioridade porque o tempo está a melhorar e como temos as pavimentações de ligação São

Cipriano- Freigil através de São Romão, também as adutoras chegam ao Penedo de São João, mas garantidamente nos próximos tempos, num período muito curto estará adjudicado o ramal do alto de São Cristóvão que servirá as freguesias de Ovadas e da Panchorra, porque são aquelas, que naturalmente aqui nestas situações perguntar-me-ão mas porque não ficou assim é obvio que o PIASAR II, define regras e prioridades para o abastecimento em alta e define essas prioridades em função do número de habitantes por aglomerado urbano. Dir-se-á por que é que nós temos que fazer ETAR`s compactas, numa determinada zona e conseguimos realizar investimentos de ETAR`S de grande dimensão noutras. Simplesmente por causa da captação da água, o dimensionamento e a execução das redes, particularmente quando são financiadas por fundos comunitários e pelo fundo de coesão. Tem regras que tem a ver com a captação de áreas a servir. Tudo isto é faseado, garantidamente entraremos dentro de muito pouco tempo num processo de negociação com a Associação de Águas de Trás os Montes e Alto Douro para a integração “da alta e da baixa”, isto no âmbito dos dez municípios do Douro Sul. E está em cima da mesa a possibilidade de integrar os dois sistemas, pode vir a acontecer no futuro como apontam as orientações do Governo que o sistema de baixa possa ser integrado na ATMAD, é um assunto que está em cima da mesa, e que nós não deixaremos de acompanhar. Hoje o dia, para mim, valeu naturalmente, porque se percebeu pela manhã que muito daquilo que está no PDM, resulta das orientações que sempre assumimos desde que chegámos à Câmara de Resende. Mas valeu porque alguém com a qualidade pessoal e técnica do Arquitecto Carlos Guimarães, estamos a falar de um professor universitário na área da arquitectura, valeu pela forma como ele situou as questões do saneamento básico. Às vezes entramos em rotinas no nosso pensamento, e não reflectimos muitas vezes e perdemos-nos nalgumas estratégias e só hoje percebi algo que era instintivo, sabia que tínhamos que fazer o Saneamento Básico por políticas ambientais, da saúde e da atractividade do território. Só nunca tinha reflectido sobre o que o facto de termos infraestruturado, nos últimos quatro anos, o nosso território ia-nos dar mais um argumento acrescido junto da Administração Central para que pudéssemos expandir as nossas áreas urbanas. Definir políticas municipais, na área do saneamento básico para depois depois podermos expandir as áreas urbanas. Verifiquei que o facto de termos decisões nestas matérias, faz com que tenhamos um argumento acrescido para fazer crescer os nossos aglomerados urbanos. Isto é, também importante. Daí que deixe aqui a garantia ao senhor presidente da junta de Freguesia de Ovadas que é um processo que estenderá à sua freguesia.”-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1- APRECIACÃO DA INFORMACÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES QUE LHE FORAM INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;-----

INFORMACÃO-----

À Assembleia Municipal de Resende-----

Nos termos da al. e) do n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com alteração introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresento informação que diz respeito ao período decorrido desde a última Assembleia Municipal em Fevereiro passado.-----

ADMINISTRAÇÃO GERAL-----

Continua em implementação o processo de modernização administrativa que visa a integração total dos sistemas informáticos e a desmaterialização de processos e procedimentos.-----

EDUCAÇÃO-----

- Centro Escolar de S. Martinho de Mouros - encontra-se na fase de revestimentos finais,---
arranjos exteriores e equipamentos.-----
- Projecto “Escola a tempo inteiro”.-----

- Projecto "Internet nas escolas primárias".-----

CULTURA-----

- Centro cultural e auditório de S. Cipriano em início de execução-----

- De referenciar a realização das seguintes actividades:-----

- Festa das Cavacas;-----

- Estafeta do Conto – Evento que todos os anos realizamos numa parceria com a Biblioteca Municipal de Beja, recebendo na nossa Biblioteca um contador de histórias que nos passa o "testemunho".-----

- Teatro Comédia - No Auditório Municipal a peça de Tozé Martinho "Duas na Mão, Uma a Voar", no dia 16 de Fevereiro.-----

- Ciência Divertida – Sessões temáticas dirigidas a todos os alunos do Agrupamento, realizadas nos Serviços Educativos do Museu Municipal cujo tema versava "Exploração de Materiais e Objectos – Fenómenos Eléctricos".-----

- Exposição de Pintura – "O Mundo de Carmezim" no Auditório Municipal.-----

- Projecto "Venha conhecer o Museu Municipal de Resende – Início de uma série de visitas dirigidas à população mais idosa das nossas freguesias, aos domingos à tarde que pretende dar a conhecer o Museu Municipal.-----

- Ciência Divertida – Sessões temáticas, no Museu Municipal, dirigidos aos alunos do Agrupamento, abordando as seguintes temáticas: "Magia Magnética" e " A Água o nosso recurso mais valioso"-----

- Comemoração dos 50 Anos do tratado de Roma - Em colaboração com o Parlamento Europeu com a participação da Banda de Música "A Velha" de S. Cipriano-----

- Exposição de Fotografia - No Posto de Turismo de Resende, a Exposição de Fotografia "LISBOA 7995"-----

- Cinema no Auditório - Ciclo de cinema no Auditório Municipal, denominado "6 Noites, 3 Filmes" durante as férias da Páscoa.-----

- Sala de Estudo Acompanhado - Arranque da SEA, na Biblioteca Municipal, que terá o seu início a partir do dia 10 de Abril-----

SAÚDE-----

- Centro de Saúde de Resende – Continua em bom ritmo a sua construção.-----

ACÇÃO SOCIAL-----

- Centro de Noite e apoio Social de Felgueiras - A executar as fundações-----

- Centro de Noite e Apoio Social de S. Romão /2.ª fase - em execução-----

- CAO – Obras de adaptação para instalação do Centro de Apoio Ocupacional para pessoas portadoras de deficiência – na Rua Edgar Cardoso – Resende.-----

- Implementação do programa escolhas – educar e qualificar – Instalação do espaço Cidnet com computadores na delegação da Câmara em S. Martinho de Mouros-----

- Férias Desportivas nas piscinas municipais cobertas na época da Páscoa.-----

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO-----

- Arranjo Urbano do Centro Histórico de S. Martinho de Mouros - Executadas as infra-estruturas na generalidade, a pavimentação a cubo de granito e a beneficiação exterior da capela de St.ª Ana.-----

AMBIENTE-----

Saneamento Básico e Abastecimento de Água e Resíduos Sólidos-----

- Prolongamento de redes domiciliárias em:-----

♦ Miomães-----

♦ Freigil-----

♦ Feirão -----

♦ Cárquere (Mata do Mosteiro)-----

♦ Cárquere (Beba)-----

----- ♦ Anreade
(Bairral)-----

♦ Barrô (Cêtos)-----

♦ Cárquere (Passos)-----

----- ♦ Miomães
(EB1)-----

- Construção de troço de saneamento no lugar de Mosteirô – Anreade -----
- Reservatório de água em Barrô -----
- Execução da rede de saneamento de Barrô (lugar de S. Domingos e da Igreja, ligação do reservatório à rede)-----
- Execução da rede de saneamento de Miomães (lugar de Louredo)-----
- Execução da rede de saneamento de Cárquere (lugar de Arrifana)-----
- Execução da rede de saneamento de S. Martinho de Mouros (lugar de Cavalhão)-----

DESPORTO-----

- Pavilhão Gimnodesportivo de Anreade – em conclusão-----
- Pavilhão Gimnodesportivo de Freigil – em conclusão-----
- Realização do Corta-Mato Municipal-----

RECREIO, LAZER E TRANSPORTES FLUVIAIS-----

- Requalificação e ampliação do Cais de Aregos e construção da fluvina – As obras tem a sua conclusão prevista para o próximo mês de Junho.-----

TRANSPORTES RODOVIÁRIOS-----

- Beneficiação da rede viária – em curso-----
- Beneficiação da estrada entre Resende e a Ponte de Cavalhar – obra consignada-----
- Pavimentação de caminho a betonilha na freguesia de Miomães-----
- Execução de muro de suporte em Miomães-----
- Execução de muros de suporte e vedações no lugar de Tozar -----
- Execução de vedação e reencaminhamento de águas pluviais no lugar de Pene-----
- Execução de muro de suporte no lugar de Casas Velhas-----
- Execução de muros de suporte no lugar de Valonguinho-----
- Execução de muro de suporte no lugar da Mercê em Anreade-----
- Reparações várias em saneamentos incluindo reposições de pavimentos em betonilha, cubo de granito e pavimento asfáltico-----
- Reparações da rede viária-----
- Limpeza de valetas-----

SITUAÇÃO FINANCEIRA À DATA DE 13/04/2007-----

Receita – 2.684.932,46 euros-----

Despesa Cabimentada – 10.437.403,33 euros-----

Despesa Paga – 2.353.625,74 euros-----

O Presidente da Câmara,-----

Engº António Borges)-----

Relativamente a esta matéria registaram-se as seguintes intervenções:-----

Doutora Teresa Pais: “Antes de propriamente de entrar no assunto agora em discussão, queria somente referir a necessidade de passarmos todos nós a exercer alguma exigência sobre nós próprios e procurarmos a ser mais eficientes, isto é, quando estamos no desempenho de alguma função que nos seja confiada, seja ela qual for, antes de falarmos devia-mos pensar sempre naquilo que vamos falar. Porque na boca temos a língua, não temos o coração. É exactamente para isso, para fazer-mos algum processamento da mensagem e sabermos separar o que o que é essencial do extraordinário. Neste âmbito e porque não é da minha índole aplicar muita adjectivação ao carácter das pessoas, por mais que as admire, até porque muitas vezes essa adjectivação torna as pessoas ridículas, reparo que este o procedimento é muito usual nesta Assembleia Municipal. Assim queria antes fazer ressaltar da presente informação, para além da obra que tem sido executada ao longo deste mandato e do anterior, o aspecto fundamental deste executivo que é a existência de uma estratégia de desenvolvimento. Porque quem quer ser líder para além de querer comandar ou liderar o processo de desenvolvimento de um Concelho tem dque ter uma visão de desenvolvimento. E isto não se compadece unicamente com as infra-estruturas, que sendo equipamentos essenciais e estruturantes para o desenvolvimento não nos podem nunca impedir que se vejam outros níveis diferentes da actuação necessárias para fazer face às grandes dificuldades que apresenta a nossa população. É neste sentido que eu queria fazer ressaltar, um ponto que considero, até do ponto de vista profissional, de uma importância extrema, que pode passar despercebido no meio da evolução

política, porque toda a gente gosta de olhar para as grandes obras e perde-se por vezes um pouco a noção de outras necessidades fundamentais, como são as acções dirigidas às populações mais carenciadas. É o exemplo do CAO, que irá sofrer obras de adaptação e instalação de um Centro Ocupacional para pessoas portadoras de deficiência que vai ser instalado na Rua Edgar Cardoso em Resende. Eu estou a residir neste Concelho à cerca de vinte anos e podemos reflectir sobre o que é que era feito nesta área. Não era feito rigorosamente nada. As famílias que tinham filhos portadores de deficiência, encontravam-se sozinhas, com os filhos em casa sem qualquer apoio, à custa do esforço das mães que mal saíam, quase prisioneiras do apoio que tinham que prestar aos seus filhos. E por mais meritório que fosse esse sacrifício, não tinham essas crianças e jovens o direito a uma socialização plena, como os outros cidadãos. Este pequeno ponto para mim é de enorme grandeza, pois é um primeiro passo do caminho que está a ser traçado desde que o PS tomou posse na Câmara e na Assembleia Municipal de Resende. Vamos estabelecer protocolos com a Associação Porta P'ra Vida para iniciar todo um processo e espero que depois a própria sociedade civil, tenha o engenho e a arte suficiente para se envolver e dinamizar, de forma a que os onze por cento referenciados nas estatísticas, como cidadãos Resendenses com deficiência possam ser olhados como cidadãos de plenos direitos. Quanto ao resto continuo a ver com agrado as obras que têm sido feitas e as obras que vão ser implementadas. E para fugir unicamente a estas questões que são trazidas, à discussão a esta Assembleia Municipal, volto ao início da minha intervenção. A juventude trás-nos sempre frescura ao raciocínio, alimenta o espírito e a discussão, no entanto, necessita também um pouco de capacidade de reflexão, por forma a não tornar estes momentos que são solenes, em momentos ridículos, fazendo as pessoas perder o seu tempo. Talvez por isso quando olhamos para do lugar do público e nunca lá está ninguém. Porque as pessoas vêm cá e sentem que estão a perder tempo. O nosso trabalho como cidadãos participantes é o de procurar soluções, e não problemas.”-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freigil: “ Sobre a informação do Senhor Presidente da Câmara além da parte da cultura todos os eventos que têm sido feitos principalmente da Festa da Cavacas. Para mim foi espectacular. Se há eventos a promover o Concelho, acho que este devia ser um dos maiores. Também é de louvar a iniciativa de todos as pessoas intervenientes nesse evento que foi um excelente evento. Na parte da saúde já houve aqui intervenções a mais, na parte do Saneamento Básico e Ambiente, Abastecimento de Água em Freigil, também com esclarecimento dado ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ovadas também fiquei já bastante tranquilo. No Desporto o Pavilhão Gimnodesportivo de Freigil está em conclusão. Senhor Presidente da Câmara eu simplesmente gostava, sei que estão mais ou menos resolvidos aqueles bicos que havia a resolver. Agora tem havido algumas perguntas para quando o reinício das obras? Há ali uma inquietação da juventude, sabe como é ter ali um pavilhão quase concluído e por pouco não poder usufruir dele. Para poder ter uma resposta a dar, gostaria de saber mais ou menos para quando o reinício das obras que era bom tanto para nós como para a juventude serenar mais um bocadinho. Eram só essas as minhas intervenções e dizer que o Presidente está no bom caminho.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “ A Doutora Teresa teve uma intervenção que eu acho, que é importante. Sinalizou um conjunto de preocupações que também existem no seio das políticas municipais. Nós temos a consciência de que há aqui um conjunto de políticas alvo que têm que ser perseguidas pela Câmara Municipal e tem de haver o chamado espírito da rede, mas a Câmara Municipal não pode deixar de se estar presente nalgumas matérias. E sobretudo ter iniciativa e ter políticas superlativas em relação àquilo são as carências patentes num Concelho como o nosso. A Câmara tem actuado por exemplo no âmbito da creche municipal, no âmbito do apoio a deficientes o CAO está pronto a avançar. Há já a garantia do acordo com a Segurança Social através da Associação Portas P'ra Vida, mas enquanto esta situação não se concretiza o que estará para muito em breve, tem assumindo a Câmara esses custos. Temos conduzido muitos dos nossos deficientes para estabelecimentos de apoio adequados, aqui num

dos nossos concelhos vizinhos. O que está verdadeiramente em causa, há aqui um conjunto de programas, inclusivamente penso que já falamos nessa matéria mas o próprio Governo, atribuiu o através do Programa PARES, atribuiu um apoio significativo para a construção de um novo centro de idosos em S. Martinho de Mouros, cerca de 650000 euros, a Câmara deliberou juntar a esses 650000 euros mais 150000 euros. Estamos a falar de uma associação como a Irmandade São Francisco Xavier que naturalmente não tem condições para poder, por si só, erguer uma obra deste tipo. Mas este é o espírito da parceria que entendemos adequado para resolver os problemas. A Câmara estará onde outros não tencionam estar e onde naturalmente todos temos que estar. A questão nossas políticas sociais é uma questão que está em cima da mesa permanentemente e sabemos que se trata de um trabalho invisível, difícil e que naturalmente tem que ter um espírito de rede. Nós em relação ao Pavilhão de Freigil iremos em seguida e muito em breve também abri-lo à prática desportiva e abriremos esse pavilhão sinalizando esse momento de forma adequada custe o que custar, doa a quem doer, desculpem a ironia, e só não avançamos mais porque chegamos há muito pouco tempo a acordo com os proprietários dos terrenos confinantes com o Pavilhão. No sentido de garantir o acordo e a melhoria do acesso era absolutamente indispensável para que o Pavilhão pudesse abrir de forma digna. Esse era um assunto que estava pendente mas foi resolvido. A execução dos trabalhos no exterior também está já adjudicada e portanto se o Senhor Presidente da Junta me convidar para a inauguração lá estarei com muito gosto, a inaugurar o Pavilhão de forma digna, como as gentes de Freigil e daquela região merecem. Neste aspecto, cheguei a ponderar a hipótese de abrir os dois equipamentos ao mesmo tempo aproveitando a comparência do Senhor Secretário de Estado, mas pareceu-me de facto que devia sinalizar melhor e de uma forma autónoma, para Freigil, mas também para a área da influência em que o Pavilhão se situa como São Cipriano onde começou o nosso centro cultural, trata-se de um equipamento para São Cipriano mas também para toda a área de influência, e para aquela lógica de terras literárias que estão expressas em São Cipriano. E também para a lógica de cultivo artístico que se faz nas nossas Bandas de Música. Acho que um equipamento cultural é claramente justificado por cerca de uma centena de músicos. Se nós tivermos uma centena de músicos, esteja onde estivermos, esse capital cultural fica automaticamente justificado. A manhã foi excelente para percebermos melhor por que há opções de fazermos em Freigil, Anreade, S.Cipriano, Felgueiras, S.Romão e em S.Martinho de Mouro, já temos feitos um conjunto de sítios. Na Panchorra com o parque fluvial que eu espero que este ano tenha uma boa expressão. Vamos também apostar e sinalizar claramente essas matérias. Mas é este conjunto de actividades e um conjunto de equipamentos de rede que o Pavilhão de Freigil também se situará que do meu ponto de vista, vai fazer com que proximamente estejamos também em Freigil a sinalizar esta lógica de que Freigil também é do nosso Concelho de Resende.”-----

Tomado conhecimento.-----

2 – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO SISTEMA PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA – Foi apresentada, para aprovação, uma proposta de alteração ao Regulamento Municipal do Sistema Público de Distribuição de Água.-----

Deliberado por unanimidade aprovar a alteração ao referido regulamento e remeter a mesma a posterior aprovação da Assembleia Municipal.-----

Submetida a alteração à votação foi a mesma aprovado por unanimidade.-----

3 – ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS, TARIFAS E OUTROS PREÇOS – Sobre este assunto foi presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve: “PROPOSTA - Tendo presente que:-----

- É necessário estimular o abate no matadouro municipal, evitando-se consequentemente o abate clandestino; -----

- O serviço de abate no matadouro municipal de Resende traduz-se apenas disponibilização

- das instalações e do equipamento respectivo;-----
- As taxas encontram-se inflacionadas em relação a outras unidades de abate, inclusive as--- privadas que praticam preços mais baixos e prestando o serviço na íntegra (abate,----- preparação e expedição de carcaças)-----
 - **PROPONHO**-----
 - Que a redução das taxas a que se referem as al.s c), d) e e) do n.º 1 do art. 55.º da Tabela--- de Taxas, Tarifas e Outros Preços em vigor, para os seguintes montantes, sendo que o ---- diferencial entre elas se baseia no tempo de preparação das respectivas carcaças:-----

	Taxa Actual	Taxa Proposta-----
c) borregos de leite e caprinos até 12kg/cada	2.60€	1.50€-----
d) borregos de pasto e caprinos entre 12kg e 18kg/cada ...	4.40€	2.50€-----
e) ovinos e caprinos adultos/cada	4.40€	3.00€ --

Paços do Município, 27 de Março de 2007 O Presidente da Câmara, (Eng. António Borges)“-
Aprovada a proposta por unanimidade, devendo a mesma ser remetida a posterior aprovação da Assembleia Municipal.-----

Neste ponto registou-se a seguinte intervenção:-----

Doutora Teresa Pais: “ Este é um outro ponto que prova que a Câmara não é autista, a Câmara não é arrogante, a Câmara reconhece quando deve alterar os seus procedimentos e quando verificou que deveria reduzir a taxa do abate dos animais e fê-lo. Fê-lo em prol do benefício do desenvolvimento de Resende e do benefício dos seus agentes económicos. Um por todos e todos por um. Posso até tornar-me repetitiva, este é, mais um exemplo que prova que o executivo tem uma visão estratégica do desenvolvimento para o concelho. Recuou, alterou, apoiamos todos, porque ser determinado, não quer dizer que seja arrogante, ter a certeza do que quer fazer, não quer dizer que seja autista, avança com uma proposta de redução de taxa de abate de animais e nós apoiamos logicamente.”-----

Aprovada, a proposta por unanimidade.-----

4 – E.N. 222-2 – RESENDE- BIGORNE – ESTUDO PRÉVIO: - Relativamente a esta matéria é presente, para apreciação, uma informação enviada pelas E.P.- Área de Coordenação de Projectos e Empreendimentos.-----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara: “Estamos perante a confirmação de um novo traçado da EN.222-2. É para lhes dar nota que desde que estou na Câmara Municipal as E.P. SA abandonaram este processo. Andaram-se muitos e muitos anos para fazer o estudo de impacte ambiental. Estamos a trabalhar para avançar. Sinto vontade por parte do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas. Ou conseguimos avançar no âmbito do Quadro Comunitário ou estaremos perdidos nestas matérias.. Tenho falado com os Senhores Presidentes das Câmaras de Lamego e Baião sobre o assunto em apreço. O Senhor Secretário de Estado comunicou que para o fim do ano arrancaria com a EN 321-2. O anúncio duma situação como esta deveria ser com muita segurança e, por isso, pedi sempre ao Senhor Ministro que não fossem criadas expectativas. Agora, com o novo traçado é criada alguma expectativa. Fico satisfeito que ao fim de muitos anos as E.P. SA estejam a dar a este assunto a importância que merece. O processo está em curso e há uma boa relação com o Governo. Devo dizer que a Câmara de Resende já fez um estudo de ligação de Resende à A24, que coincide com um dos traçados que consta do processo. Eu queria lembrar que a lógica da E.N 222-2 é uma lógica de Estado Novo. Hoje é uma lógica completamente diferente. O que se pretende é chegar da sede do concelho à A24 mais rapidamente e com atravessamentos menos povoados.”-----

Senhor Vereador Professor António Marques: “O título do documento em apreço – Estudo de reformulação do traçado da E.N. 222-2 entre Resende e Bigorne – é elucidativo. É do conhecimento de todos, toda a história da E.N. 222-2. Teve um traçado, terrenos adquiridos, etc, etc. Por uma, ou outra razão nunca foi possível realizar esta obra. Sou daqueles que

pensam (continuam a pensar) que Resende terá outra visibilidade e só será uma terra de verdadeiras oportunidades quando tiver ligações ao exterior condignas – A A4 e a A24 via Ponte da Ermida. Este pensamento, também existe em nós, porque tive responsabilidades políticas na anterior maioria que liderou a Câmara Municipal até 2001. No entanto e de coisas palpáveis, só foi possível realizar a Ponte da Ermida. A Ponte da Ermida assume neste contexto um peso considerável, pois, permite-nos a passagem para outra margem do Douro, como também servirá de ligação aos que da outra margem pretendam chegar à A24, utilizando a E.N. 222-2. Confesso que houve uma altura que dei como um dado adquirido a construção da E.N. 222-2. Foi no dia da inauguração da Ponte da Ermida. Na sessão solene, no Salão Nobre, onde nos encontramos hoje, o Senhor Ministro João Cravinho, anunciou na presença de muitos de nós e do Senhor Doutor Jorge Sampaio, na altura Presidente da República, o lançamento desta obra para o ano seguinte, ou seja 1999. Tenho o Doutor João Cravinho como um homem sério, e como tal, com certeza que houve um conjunto de factos, que a história se encarregará de nos dar a conhecer, um dia. Também não posso deixar de recordar outro facto, que está ligado ao Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Borges, na altura Vereador e candidato do Partido Socialista nas eleições autárquicas de 2001. Numa festa/convívio realizada na “Feira dos Sapatos” - actual Piscina e Auditório - durante a campanha eleitoral para as eleições autárquicas de 2001, o Senhor Engenheiro António Borges referiu que se ganhasse as ditas eleições, o que se verificou, no prazo de seis meses começaria a ser construída a E.N. 222-2 (Resende – Bigorne). Mas o que importa é falar do futuro. Por isso e acerca deste estudo de reformulação do traçado da E.N. 222-2 entre Resende e Bigorne entendemos o seguinte: **1** – É com satisfação que vemos este dossier voltar à ordem do dia. Depois da boa novidade do lançamento da E.N. 321-2 (Ponte da Ermida-Baião), esta situação também nos agrada; **2** – Deixar todo o nosso apoio, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para encaminhar este processo que não é fácil; **3** – Em relação ao(s) traçado(s) proposto(s) remetemos para informação da Área de Coordenação de Projectos e Empreendimentos da EP e que refere: - “A C.M.de Resende demonstrou a sua preferência e agrado pela solução mais a Nascente (verde). Relativamente à interligação com o IP3 a C.M. de Resende demonstrou a sua preferência pela alternativa 2A”. Por isso, não vamos levantar questões desta natureza. Por fim dizer que contem com a nossa colaboração e apoio se assim o entender, porque o que está em questão neste assunto é o interesse concelhio. O interesse do concelho é claramente a ligação à A 24”.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara: “Vou dar mais duas ou três notas: - Quando cheguei à Câmara Municipal estava inscrita em PIDDAC toda a verba para a Estrada 222-2. Fui eleito no mesmo dia em que o Governo do Engenheiro António Guterres caiu. O que aconteceu depois da entrada do novo Governo é que foi retirada de PIDDAC a execução desta obra. Eventualmente na última campanha eleitoral voltei a falar da execução desta via. Na altura quando o Secretário de Estado das Obras Públicas veio lançar a execução desta obra ficamos conscientes que ela iria ficar na gaveta, como efectivamente ficou. O Senhor Doutor Brito de Matos questionou/criticou severamente o Professor Cavaco Silva por nunca se executar a obra. Eu respondi-lhe que deixasse sair o Primeiro Ministro para ripostar. O Senhor Secretário de Estado Jorge Costa dizia que nunca haveria dinheiro para a referida estrada. O Doutor Santana Lopes eliminou praticamente tudo quanto se relacionava com a E.N. 222-2. Hoje tenho da parte do Governo tudo para pudermos avançar. Há já diligências feitas na CCDRN, na Secretaria de Estado, etc. para retomar um prazo e resolvermos este problema. Foram dadas orientações à E.P. SA para arrancar com a obra e da minha parte vai haver um **acompanhamento político e técnico** e teremos de proceder à elaboração de uma proposta que sustente a actividade e a argumentação do Presidente da Câmara Municipal. Deixo também a nota das diligências de 1.ª linha do Presidente da Câmara e foram quatro anos de escuridão, entre 2001-2006 e estamos num ponto em que o processo está em marcha. No âmbito da própria Associação de Municípios do Douro Sul é um projecto intermunicipal. Foi bloqueado

por motivos de falta de meios financeiros que durante quatro anos não houve investimentos. Quando eu tenho um ano de conjuntura política favorável que aceitem e compreendam o interesse da obra. A única crítica que faço é que a conjuntura política da altura era favorável à Câmara Municipal e nada foi feito. A CCRDN será a alavanca financeira para resolver esta questão. Quando tivermos a confirmação da E.P. SA avançaremos. Veremos se iremos fazer melhor do que outros fizeram. Faço-o consciente de que este assunto teve um curso depois de estar parado este tempo todo. Se o Governo de António Guterres não tem caído teriam isto resolvido. Ficou tudo bloqueado. Avançaremos para a confirmação de impacte ambiental que pode ser o mesmo, mas tem de ser confirmado.”-----

Senhor Vereador Professor António Marques: “Nunca houve vontade política e aponto o dedo a todos, sem excepção. Se o Senhor se tem esforçado nesta matéria, quem o antecedeu também assim o fez. Neste momento encontrou um canal aberto e isto é muito importante, mas no passado isso também aconteceu. Se o Primeiro Ministro assim pensa, pode vir outro que também assim não pense.”-----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara: “Concordo. Mas temos um dever. Se conseguirmos, muito bem, se não conseguirmos, falhamos. Aqueles que falharam no passado colocaram o assunto como se nada se passasse. Até pelo traçado se verifica que o Senhor Doutor Brito de Matos tinha vontade que se executasse a obra. Nós construímos as nossas estratégias em função de cenários previsíveis num contexto político em que está o Concelho de Resende. Há um tempo para estas coisas. O Senhor Doutor Brito de Matos teve dez anos para resolvê-las. Estamos a pagar dívidas da Ponte da Ermida. É uma obra que foi feita pelos Fundos Comunitários dos Municípios. Quando cheguei à Câmara Municipal e não havia dinheiro mandei parar determinadas obras. **Quem manda é quem executa.** O Senhor Doutor Brito de Matos, sem qualquer ponto de ironia, quando eu estava na oposição deu uma entrevista ao Jornal de Notícias onde fustigava o Professor Cavaco Silva por não dar nada a Resende. Há um percurso que se retoma e há um ganho enorme se se conseguir. A responsabilidade é da Administração Central e temos de contar todos os tostões para resolver este problema que reside, essencialmente, em termos de encontrar uma engenharia, qualquer que ela seja, para resolver isto. O meu empenho é colocar esta acção de maneira que ela tenha uma decisão política. Os políticos são aqueles que criam expectativas, resolvem-nas e cumprem-nas. Trata-se de fazer um percurso e vamos ver o que vai durar. Eu sou daqueles que acham que em termos de espaço de eleições não se devem inaugurar obras, nem lançá-las durante a campanha eleitoral.”-----

Tomado conhecimento e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

Relativamente a esta matéria registaram-se as seguintes intervenções:-----

Doutor Jaime Alves: “Relativamente ao processo da EN 222-2 gostaria de fazer algumas considerações: Se há causa que une todos os presentes nesta assembleia é a construção da EN 222-2, contudo, para entendermos o presente é justo lembrarmos o passado. Como referiu, com enorme justiça, o Sr. Prof. António Marques na reunião de Câmara do passado dia 3 de Abril, temos que ter memória para o esclarecimento de todo o processo da EN 222-2. **A saber:** 1 - No dia da inauguração da Ponte da Ermida, em 1997, o Sr. Ministro João Cravinho, assumiu cabalmente, neste salão nobre, a construção da EN 222-2. 2 - No dia 31 de Maio de 1999 os Exmos. Srs. Deputados do partido socialista José Junqueiro e Miguel Ginestal assinaram um comunicado, publicado no Jornal de Resende que dizia: “A ligação a Bigorne, a célebre 222-2, está contemplada na nova versão do Plano Rodoviário Nacional. Os estudos já estão a ser feitos pela Junta Autónoma das Estradas. 3 - O mesmo jornal “*Jornal de Resende*”, no n.º 207, em Outubro de 2000 escreveu: “Governo avança para a obra. Ligação a Bigorne é irreversível. (...) A decisão de avançar rapidamente está tomada. O Ministério do Equipamento, de Jorge Coelho, dá sinais claros que não vai haver hesitações nem retrocessos como no passado. O projecto da execussão de viadutos e pontes está em concurso público. (...) Uma boa prenda para todos os Resendenses!” 4 - Em campanha eleitoral, no ano 2001,

em pleno comício, na antiga “feira dos sapatos, o Sr. Eng. António Borges, ao lado do seu camarada Narciso Miranda, prometeu que no caso de ser eleito, o que veio a acontecer, as obras da EN 222-2 arrancariam em seis meses. Este facto foi relatado em reunião de Câmara no dia 3 de Abril pelo Sr. Prof. Marques, afirmando ter ouvido estas palavras em directo, sem que o Sr. Presidente o desmentisse. Desde essa data passaram 6 anos! Por fim, reafirmo a certeza de que todos queremos que a obra possa ser uma realidade, abrindo portas a um desenvolvimento mais sorridente para o nosso concelho. Aguardamos que se possa optar pelo melhor traçado, que o processo de impacto ambiental seja favorável e que não apareçam uns ratos de espécie rara para evitar a sua construção, tal como aconteceu a um concelho vizinho. Muitos já se empenharam de “corpo e alma” neste projecto, porém, a verdade é que ninguém conseguiu concretiza-lo. Partidarismos à parte, esperamos que num futuro próximo esta realidade possa ser diferente, ou seja, que as promessas sejam cumpridas! Tenho dito.”-----

Doutora Teresa Pais: “Sem querer entrar em polémicas sobre a memória, a herança, o passado, podemos então questionar. O que é que esteve subjacente ao entrave desta obra? O tempo o dirá. Presentemente não temos à nossa frente uma única solução de possibilidade de traçado da estrada, temos várias soluções. Provavelmente a solução encontrada no passado poderia não ser a melhor para servir o interesse das populações e o respeito por todas as normas que existem na reserva ecológica. Vamos agora, estar atentos à opção que a Câmara vai tomar. Não há só uma opção como vimos pelos documentos que nos chegaram, há várias e têm interesses diferentes, têm custos diferentes, têm impactos diferentes. Se finalmente vamos conseguir concretizar este empreendimento, estamos então todos de parabéns. No entanto considero que, não precisamos, como refere o nosso Presidente e muito bem, que estejam sempre a aparecer os cucos. A obra vai avançar, o estudo vai ser analisado e esperamos que a sua concretização justifique a ansiedade que tínhamos pela sua realização e que o desenvolvimento do nosso concelho possa efectivamente concretizar-se.”-----

Doutora Cláudia Vieira: “Queria apenas deixar aqui a informação que resulta dos estudos que foram juntos pelo Senhor Presidente e dos contactos e conversas que eu própria tenho tido com o Ministro Mário Lino. De toda a boa vontade e disponibilidade para realizar esta obra. A alteração aos traçados, impõe-se quer pela altura, tanto quanto sei e conheço deste dossier o traçado remonta há mais de vinte anos atrás, está desajustado. E passa na “Reserva Natura”, e portanto, por vezes, é inultrapassável. Surge também agora o problema da Barragem do Balsemão, daí a necessidade de se fazer um novo traçado, que simultaneamente será um traçado adaptado à realidade dos nossos dias, completamente diferente, como é obvio, das estradas que se abriram há vinte anos. E, para além, disso que possa dar resposta também, mercê das estradas que entretanto foram abertas e do plano rodoviário. Possa ligar vários eixos, designadamente a A4 e IP4 à IP3 à A24, que beneficiará não só o Concelho de Resende. Como os Concelhos do lado de lá que em muito apostam e pretendem também esta ligação. Julgo que posso garantir-vos, e o Senhor Presidente julgo que também o poderia fazer embora o resultado, esteja nos documentos que fez distribuir, que da parte deste Governo há toda a boa vontade, e que não será só boa vontade que logo que todos os estudos prévios e tudo mais estejam concluídos, lançará a obra a concurso. E era apenas isso. Obrigado!”-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras: “Eu decididamente não quero entrar em ruptura, mas obras têm todas um principio, agora o principio não pode ser só quando convêm, convinha também dizer que foi no tempo do Governo do Prof. Cavaco Silva, que a estrada 222-2 foi desclassificada. E depois convinha referir a seguir que foi quando caiu o Governo do Eng. Guterres, lá pela celebre história do lado. Penso que não estou a dizer asneiras. É que mais essas duas peças e a história ficaria um bocadinho mais completa. Porque eu estou de acordo consigo, independentemente dos interesses partidários eu quero é a estrada. Eu tenho 50 anos, e desde que me entendo que ouço falar dessa estrada.”-----

Senhor Albano Santos: “Era só mais uma pequena nota, mas há uma coisa que vou

contrariar mais uma vez. O Senhor falta à verdade quando diz que o Engenheiro António Borges que prometeu em campanha, que se comprometeu com o prazo para o arranque da obra da 222-2. O Senhor está mais uma vez a faltar à verdade. Eu explico-lhe porquê. Se há alguém que desde o longínquo ano em que perdemos as eleições e que sempre acompanhou a campanha eleitoral, esse alguém fui eu. Poderá haver mais pessoas e há com certeza! Porque isto foi um trabalho de muita gente. Mas se alguém o acompanhou sempre fui eu. E que eu saiba o Senhor não esteve nesse comício onde diz que foi garantida uma data para o arranque da obra. Alguém lhe foi também levar essa informação e é mais uma informação como a do “Sol” e outras assim. Convém que, de facto, a gente diga aquilo que corresponde à verdade.”-----

Doutor Jaime Alves: “ Eu estive na reunião do passado dia 3 de Abril, reunião da Câmara Municipal e isto e posso voltar a ler o que tinha escrito, ou melhor, não é necessário. O Senhor Professor Marques na reunião de Câmara de 3 de Abril disse textualmente, que na feira dos sapatos em 2001, junto ao então Secretário de Estado Narciso Miranda, o Senhor Presidente, então eleito, Eng. António Borges proferiu estas palavras, salvo erro até disse que tinha isso gravado. E o Senhor presidente não o desmentiu por isso eu estou apenas a dizer aquilo que provavelmente até vai ficar na acta do passado dia 3. Eu nas minhas fontes não invento nada, digo aquilo que oiço. E como estamos a falar de uma pessoa altamente credível, o Professor António Marques nada a obstar.”-----

Professor Joaquim Rodrigo: “ **Professor Joaquim Rodrigo:** “ Em primeiro lugar muito Boa tarde, a todos, porque é a primeira intervenção que estou a fazer. E em relação ao ponto que tem a ver com a 222-2 eu só queria dizer uma coisa. À semelhança do que o Enfermeiro Alvaro, eu também desde que sou pequenino e que me conheço que oiço falar da EN 222-2 e promessas de todos os lados, em relação a isso eu vou ser como S.Tomé., só quando a vir, e passar nela é que que acredito. Espero sinceramente que seja o mais rápido possível, e se for o Ser. Eng.º a inaugura-lá, estaremos lá a bater palmas. Porque o que faz falta a Resende efectivamente, é a estrada, essa a outra, a 321-2, que fará também a ligação entre a Ponte da Ermida e a A4. Por isso na nossa humilde contribuição, se alguma coisa pudermos dar para que isso aconteça, o Senhor Presidente poderá contar com os membros desta bancada para que tudo seja preciso fazer, para que a estrada seja uma realidade.”-----

Neste ponto da sessão ausentou-se o membro Engenheiro Rui Miguel Cardoso.-----

Senhor Presidente da Câmara: “Eu gostava só de situar duas ou 3 notas, confesso-lhe que tenho a melhor oposição na Câmara. A qualidade da minha oposição da Câmara é bem melhor , do ponto de vista do que aqui na Assembleia. Portanto não tem mal nenhum dizer isto! Mas também lhes devo dizer e o Senhor Vereador Professor António Marques, já sabe que nós brincamos de quando em vez. Descobri agora à pouco tempo uma coisa, já sabia que tinha um Marques na Câmara e um Mendes na Assembleia, só não sabia que tinha um cuco na Assembleia Municipal e um Cocas na Câmara! A questão é que sejamos claros nestas matérias, esta linguagem é muito metafórica Senhor Deputado, isso é normal. Também lhe chama-mos laranjinhas e laranjas!! Mas o Senhor não está habituado a esta história, aquilo que eu estou a dizer, até é ternurento. O Senhor Vereador António Marques, não levará a mal, sabe o que eu quero dizer com isto. No seu caso não há problema porque eu confesso-lhe no casos dos meus vereadores a nossa relação tem sido, com pimenta de quando em vez, mas é uma relação que eles sabem que não há maldade nenhuma quando digo isto! Primeiramente metaforicamente, mas não deixa de ser verdade. E a questão que se põe em relação é esta, eu concordo com o aquilo que disse o senhor disse, é uma questão em que sucessivos Governos têm falhado a Resende. E há uma questão que é esta, e aliás disse isso na reunião de Câmara, nós tivemos sempre nas propostas eleitorais a ideia de colocar na prioridade da nossa acção a questão das acessibilidades no Concelho e nomeadamente a EN 222-2 em todos os programas que fizemos desde que estamos, quer nós quer o PSD, sempre lá colocou essa prioridade, sabendo sempre que não era competência da Câmara Municipal a execução dessa estrada. A

política tem a sua lógica própria, tem a sua seriedade. Ao fim de cinco anos de Presidente da Câmara é a primeira vez que trago a esta Assembleia, o assunto. Porque durante estes anos em que estive na Câmara nunca tive antes condições para falar sobre este assunto. O PSD do Dr. Brito de Matos tem grandes razões de queixa dos seus governos, no que diz respeito a esta matéria. Chegaram a ter uma enorme expressão eleitoral no país e aqui em Resende. E isso nunca foi rentabilizado pelo Governo do dr. Cavaco Silva. Recordo-me até de uma entrevista do Dr. Brito de Matos, já depois do Prof. Cavaco Silva ter deixado de ser Primeiro Ministro, e eu na altura até me meti com o Dr Brito de Matos e disse: “ O Sr. Devia ter dito isso ainda era Primeiro Ministro o Prof. Cavaco Silva. “. Em que ele criticava-o por falta de sensibilidade para as questões das acessibilidades para o Concelho. Ele teve dificuldades para justificar o investimento. Recordo-me uma vez que o Prof. Cavaco Silva esteve cá, e que as questões que lhe foram colocadas no Salão Nobre, ele fugiu a essas questões, iludindo e falando nas questões de custo/benefício. Nunca houve sensibilidade da parte dos sucessivos Governos, para que isso acontecesse. É óbvio, que no caso do PS, também houve não estando o PS no Governo conforme esteve o PSD tão sistematicamente sozinho ou mal acompanhado, ou bem acompanhado e recuadamente não tão bem acompanhado quanto aos problemas do País exigiria. Mas é óbvio que quando em 2001 ganhámos as eleições autárquicas em Resende, estava inscrito em PIDDAC toda a verba para a 222-2 e o projecto estava concluído. O que é que aconteceu a seguir! A queda do Governo imediata, nós fizemos ainda um “forcing” era então Ministro das Obras Públicas o Dr. Ferro Rodrigues, e era Secretário de Estado das Obras Públicas o actual Ministro do Trabalho Dr. Viera da Silva. E sentindo de facto a mudança que o Governo poderia vir a ter melhor sensibilidade. Quer o governo do PSD tinha a mesma lógica de abordagem da EN 222-2 que os Governos anteriores do PSD. Era a minha lógica e sobretudo numa câmara que tinha acabado de mudar foram 3 ou 4 as reuniões em que estivemos ali a trabalhar intensamente. Devo-vos dizer que depois de ganhar as eleições, eu ganhei as eleições num Domingo, na Segunda-Feira foi para descansar, Terça-Feira recebi uns telefonemas dos amigos e na Quarta-Feira estava em Lisboa. Ainda não tinha tomado posse, era eleito, estava lá para tratar dos assuntos. Percebi imediatamente o que vinha a seguir. Conseguimos ainda que fosse posta a concurso toda a obra da EN 222-2 e que fosse adjudicada, porque o problema era esse. O Professor Marques está ali na assistência sabe disso. Houve aqui nas obras públicas uma situação que foi interessante, isto é a história. Eu conhecia o Secretário de Estado das Obras Públicas o Engenheiro Jorge Costa, aliás era meu colega de há muitas luas, e era evidente que Secretário de Estado das Obras Públicas era do PSD e eu era do PS. Antes o Secretário de Estado tinha sido o Dr. Vieira de Castro com quem também eu conversei sobre estas matérias mas, o que é certo, mesmo com uma relação privilegiada com o Eng Jorge Costa eu nunca tive abertura nenhuma na Junta Autónoma de Estradas, para tratar da EN 222-2. E num rebate de consciência de arrependimento, já depois do Dr. Santana Lopes fazer aquele “Flop”, com uma saída escarpada por trás e depois de já ter perdido as eleições, e estamos a falar só em termos políticos, porque aquilo foram só piruetas atrás de piruetas como se sabe. Houve um rebate de consciência relativamente à Câmara de Resende e fomos assim nos últimos dias assinar um protocolo para beneficiação de algumas vias municipais. Que depois veio-se a verificar que estava despachado e que não havia lá dinheiro nenhum. Que a verba não tinha sido cabimentada, nem havia condições de pagamento. Significa que desde que estou na Câmara e só agora e depois de algum trabalho junto do Senhor Ministro e do Secretário de Estado das Estradas de Portugal, porque o embate com o actual Secretário de Estado das Obras Públicas no primeiro momento não foi fácil. A resposta que me deram quando eu perguntei pela EN 222-2, foi não há cá nada. Isto acontece quando os políticos entram de novo nas estruturas e depois a informação não lhes chega convenientemente. E o que é certo em que eu tive alguma dificuldade no início. Há uns tempos atrás para fazer perceber ao Secretário de Estado das Obras Públicas, o que se passava, o Secretário de Estado das Obras Públicas já cá veio a Resende não veio em visita

oficial, veio e viu o estado desta história toda. Mas como devem imaginar eu nunca falei, é a primeira vez que estou a falar da EN 222-2, não tenho nenhum compromisso. Quando estamos numa campanha eleitoral, o nosso compromisso, como aliás está escrito, referencio o meu compromisso com os eleitores com a EN 222-2. Na 1.ª vez que me candidatei na 2.ª e na 3.ª e está escrito, portanto batemo-nos pela EN 222-2 isso não tem nada de mal. Como aliás o PSD fez. O problema agora é concretizar e estamos no ponto em que lhes venho aqui colocar a questão com clareza. Nós temo-nos batido concertadamente com o Senhor Presidente da Câmara de Baião, pela questão da acessibilidades ao Concelho é muito importante a EN 222-2 como é muito importantes a 321-2 Baião-Ponte da Ermida. A questão da 321-2 o Secretário de Estado das Obras Públicas já teve oportunidade de dizer como é que era, a estrada não está em Rede de Natura 2000, tem um grau de dificuldade menor e batemo-nos como temos os dois municípios, batido por aquela estrada. Ele já deu indícios, ou já assumiu publicamente um compromisso relativamente aquela matéria. Era importante para Resende se neste mandato a 321-2 Baião-Ponte da Ermida se concretizar é um passo de gigante nas questões das acessibilidades. No resto, tive oportunidade de estar com Secretário de Estado das Obras Públicas e o Senhor Ministro sobre estas e sobre outras matérias e há aqui compromissos, que lhes posso aqui dizer. Mas que podem a todo o momento ter aqui um contexto que por isso valeu o que valeu! É evidente que aquilo que eu acho que é muito importante para a resolução de problemas deste tipo são a estabilidade no município e a estabilidade no Governo, partindo do pressuposto que há estabilidade nos dois. A outra questão é que é fundamental que haja uma consonância e sensibilidade idêntica para os dois problemas no Município e no Governo. E neste Governo o que me preocupa verdadeiramente não é uma uma coisa nem outra. Hoje tenho garantias, ou melhor ideias que de facto, a tutela a nível político percebe que a segunda pior acessibilidade do Distrito de Viseu é Resende. E está consciente que isso é uma prioridade. O Presidente da Câmara tem também da parte da CCDRN, que tutela também os fundos comunitários, no âmbito do QREN, já os sensibilizou para as questões do financiamento da obra. E temos aqui um caminho crítico que é a questão da conformação ambiental que temos de remover Os lobos, ter cuidado com os pássaros, os passarinhos, os passarões, as aves de rapina e os cucos que normalmente andam sempre à volta destas coisas e que muitas vezes têm atazanado, os nossos objectivos enquanto comunidade, relativamente a um objectivo como este. Portanto existe a preocupação em relação aos lobos o ISN, diz que há aqui de facto, um habitat do lobo Ibérico a preservar, já tivemos esse problema na questão da Barragem e depois politicamente os pássaros, passarinhos e passarões, aves de rapina e cucos para as quais nós temos que estar atentos. Quer dizer, que este é um processo duro, é um processo difícil e no qual nós temos que remover permanentemente resistências. É justo, um processo para ver! A minha obrigação é lutar por isto. Se me disser assim: O Presidente da Câmara tem uma estratégia no âmbito do QREN? Tem. Obtive do Senhor Ministro e do Secretário de Estado das Obras Públicas autorização para acompanhar todo o processo que vai levar à emissão da DIA (Declaração de Impacte Ambiental), é indispensável a DIA, para em vias com uma dimensão superior a doze quilómetros, também não pode ser financiada em Rede Natura 2000, se não houver essa certificação, sob pena ou a comunidade Europeia, ou qualquer movimento pelo Lobo, não é difícil encontrar alguém que tem cumplicidades, com os Lobos. E não podemos correr riscos de alguém querer mal a Resende. Nós não podemos cumprir uma obra deste risco, sem cumprir a conformação ambiental. Este ano e o próximo, por força daquilo que é preciso fazer, são anos em que nós trabalharemos arduamente para a conformação ambiental. Depois sinalizarei e os senhores deputados darão conta disso, com um inquérito público, as juntas de Freguesia receberão uns Éditos, etc... Isto nunca foi feito, e eu diria por incompetência pura da Administração Central. Não se compreende como é que o Estado Português que já gastou centenas de milhares de contos num projecto como este, ao ponto de chegar-mos agora a 2007 e tudo poder estar ameaçado. Temos que ter tentar contribuir para a

supressão do défice e encontrar uma solução que tenha em conta tudo aquilo o que se passou e ao mesmo tempo seja uma solução adequada do ponto de vista dos interesses do Concelho. Porque é que aparece este estudo! Para lhes dar nota que estamos a trabalhar nestas matérias. E vamos já com larguíssimas reuniões com a Secretaria de Estado das Obras Públicas e as Estradas de Portugal, estamos numa fase em que vamos avançar para o processo de emissão de DIA. Quando isso estiver concluído é o poder político que fala. Eu não posso fazer um processo de conformação ambiental sem apresentar três soluções. O caso da EN 222-2 também é complexo, mas não demorará como demorou o caso da OTA, é um processo similar, com a dimensão que o problema coloca, e estamos também conscientes que o ano 2007, é um ano difícil porque é ano de arranque do QREN. O QREN está atrasado, nós na Câmara estamos com expectativa, em relação há nossa estratégia. A nova Lei do Associativismo Municipal. Conhecemos a Proposta de Lei, está a avançar, provavelmente estaremos numa nova Associação Nacional de Municípios, na NUT III e é aí que iremos contratualizar o quadro e conseqüentemente temos alguma expectativa, mas temos uma informação certa para definirmos o que são os próximos os investimentos no Concelho. E no caso da 222-2, para que seja uma obra do QREN. Será a derradeira oportunidade para todos nós e para o país. Se a EN 222-2 está aqui porque eu acho para que uma comunidade como a nossa, começa a perceber o que se está a passar e a movimentar numa situação como está. Estou consciente que não é fácil, não venho levantar expectativas. E esta também é uma forma de deixar aos Senhores deputados, porque são três as soluções que estão aí! A possibilidade de se exprimirem sobre a solução, que naturalmente nós vamos ter que defender. Na Câmara porque é a nossa competência, e faz sentido que a Câmara remeta para a Assembleia, para conhecimento, deve ser entendido o agendamento ou a informação nesta perspectiva. Queria deixar-lhes a nota que iremos empenhar-mo-nos seriamente neste processo. Se o Saneamento Básico é um bom argumento não só para manter os aglomerados urbanos, mas também para os expandir, tudo o que temos feito no Concelho e a notoriedade também de ganha, até com finais de taças de Portugal. Tudo isto, junto com o que estamos a fazer noutros domínios, a credibilização até das próprias políticas municipais. Certamente serão também, um argumento para a Administração Central, o País tem que saber que investir em Resende, uma infraestrutura deste tipo, se justifica e terá o retorno e a rentabilidade que qualquer investimento público justifica. Eu diria sem querer magoar ninguém, dizer que hoje há uma grande diferença da câmara de Resende em relação aos Governos, estamos em melhores condições de justificar a EN 222-2 perante o Primeiro Ministro Eng. José Sócrates do que provavelmente o Dr. Brito de Matos esteve com o Prof. Cavaco Silva. Não sé pelo caminho que fizemos mas também porque o perfil do Primeiro Ministro é agora mais favorável do que aquele que existia antes. Estou plenamente convencido da a forma injusta como trataram o Dr. Brito de Matos, nestas matérias. Certamente, vamos correr e pensar com uma ponta de esperança que não se repita outra vez com o actual Presidente da Câmara de Resende. Da minha parte podem ter a certeza que quando tiver que meter toda a carne no assador (usando a linguagem de Quinito), não hesitarei, porque só estou aqui enquanto sentir que temos capacidade de transformar. Nunca estarei na Câmara de Resende enquanto Presidente da Câmara, por estar! Este é um mandato importante se vamos conseguir ou não, ninguém pode dizer! Naturalmente, pessoalmente estou a fazer aquilo que eu acho que devo fazer a magistratura de influência e a cumplicidade para que as coisas aconteçam. Na EN 222-2 é natural que haja alteração ao traçado que estava previsto em 1983, havia um outro em 1999. Depois as coisas caíram, com o aparecimento da Rede Natura 2000 e não houve o cuidado de fazer a conformação ambiental. Vale a pena, olharem para esses documentos e perceberem o que se está a passar. Estaremos atentos do ponto de vista político e temos uma estratégia política, para quando e se isso se justificar. Este assunto deve no futuro merecer as prioridades do Município. Se não conseguirmos que a Administração Central, de per si, nos dê abertura para estas matérias o Município deve depois de esgotar as possibilidades, ser ele a meter o pássaro na gaiola.

Temos que meter os pés ao caminho e de uma vez por todas encontrar as soluções adequadas. Queria deixar-lhes 3 situações. O que está para trás, está para trás. É claro, que temos todas as razões para funcionar como São Tomé e mesmo com a 321-2 devemos continuar a lutar pela 222-2, ainda que as questões das acessibilidades do Concelho melhorem. Se não conseguirmos, terá que ser o Município a resolver.”-----

Neste ponto da Sessão ausentou-se o membro Doutora Cláudia Vieira.-----

Tomado conhecimento.-----

5 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2006: - Foram presentes, para análise, os Documentos de Prestação de Contas do ano de dois mil e seis que se encontram integralmente elaborados de acordo com o definido no POCAL e na Resolução n.º 04/2001-2.ª Secção. Constatou-se que houve de Receita Orçamental dez milhões duzentos e cinquenta e seis mil setecentos e sessenta euros e trinta e oito cêntimos, de Operações de Tesouraria quinhentos e dezasseis mil novecentos e oitenta e quatro euros e oitenta e sete cêntimos, de Despesa Orçamental dez milhões cento e quarenta e seis mil quatrocentos e treze euros e sete cêntimos, de Operações de Tesouraria quinhentos e dezassete mil trezentos e setenta e seis euros e sessenta e cinco cêntimos, tendo transitado para a gerência seguinte duzentos e dezassete mil cinquenta e um euros e noventa e dois cêntimos de execução orçamental e quarenta e três mil trezentos e noventa e um euros e vinte e um cêntimos da conta de Operações de Tesouraria e oito mil cento e quarenta e oito euros e trinta cêntimos de documentos de cobrança. Do ano anterior tinha transitado cento e seis mil setecentos e quatro euros sessenta e um cêntimos de execução orçamental e quarenta e três mil setecentos e oitenta e dois euros e noventa e nove cêntimos de Operações de Tesouraria, além de seis mil oitocentos e treze euros e dezasseis cêntimos de documentos de cobrança.-----

Relativamente a esta matéria registaram-se as seguintes intervenções: -----

Doutora Teresa Pais: “Relativamente a este assunto queria apenas deixar 3 pontos: O PS quando assumiu funções no executivo, herdou uma dívida de 5 milhões e 600 mil euros. Este documento para além mostrar a carga herdada reflecte outro tipo de preocupações, que são até às vezes colocadas pela oposição, no âmbito do regime dos contratos dos avençados e das dívidas, mas neste ponto bastará lerem com atenção os capítulos 20, 25 e 26 para ficarem devidamente esclarecidos. A forma como a informação é prestada com clareza, permite desfazer as dúvidas que muitas vezes são levantadas com ou sem razão. Sendo que, quando se põe em causa a situação dos contratos e dos avençados, dever-se-ia também saber que estas pessoas quando são recrutadas através destes regimes laborais, não ficam presas ao quadro de pessoal do município. Quando deixam de ser necessárias, cessam os seus contratos e são apenas recrutadas para desenvolver trabalho no âmbito dos contratos programa, que se promovem para o desenvolvimento do concelho e é só com esse fim que são contratadas. Não ficam estas pessoas agarrados ao quadro de pessoal, independentemente de serem ou não necessárias, podendo estas questões serem até discutidas no âmbito da mobilidade e da racionalização dos recursos humanos. Outro ponto que convém que fique esclarecido, é o relativo aos atrasos dos pagamentos, às transferências das verbas para os cofres municipais. Nós estamos com o Centro Escolar de São Martinho de Mouros praticamente concluído e ainda não foram transferidas as respectiva verbas pelo governo. É preciso nestas circunstâncias, quando olhamos para este tipo de documento analisar não só as facilidades mas também e principalmente as dificuldades que se levantam e é neste sentido que retomo o pensamento que ainda há ainda há pouco veiculei. Os políticos assim como os profissionais, deveriam estar sempre disponíveis para encontrar soluções, e não apenas para apontar os problemas. Aprovamos o documento pelo esclarecimento que nos trás e pela clareza com que a matéria é exposta.”-----

Professor Joaquim Rodrigo: “ Sobre este documento em apreço, logicamente este é um documento, essencialmente técnico e muito extenso que apesar de tudo será avaliado e certificado, em última instância pelo Tribunal de Contas. Sobre os valores e as contas não nos

iremos pronunciar. No entanto, e como diz a Doutora Teresa Pais, reflete algumas opções políticas e aí, poderemos ter opiniões diferentes. De alguma leitura que fiz do documento reparei que no capítulo 21 e 22 que se refere à transferência correntes despesa e transferência capital despesa, onde aparecem lá mencionadas muitas Juntas de Freguesia, por coincidência, ou então posso tirar a conclusão, por opção, não aparece nenhuma Junta de Freguesia liderada pelo PSD. Isto é, uma das opções políticas que achamos que não serão as mais correctas. Para além do mais a Doutora Teresa também mencionou agora, que a Câmara quando entrou encontrou uma dívida de 5 milhões e 600 mil euros. Tenho por acaso, aqui uma cópia do Jornal de Resende, onde diz que a auditoria que foi feita à Câmara o valor total da dívida é de 4 milhões 434 mil e 62 euros. É um valor bastante diferente, isto baseando-me no jornal como fonte segura também penso eu, o valor de médio longo prazo anda há volta de 5 milhões e 100 mil euros. No mesmo documento “Jornal de Resende a dívida era de 2 milhões 771 mil euros.”-----

Neste ponto da Sessão ausentou-se o membro Doutor Luís Miguel Botelho.-----

Senhor Presidente da Câmara: “ Eu acho, que não tem sentido nenhum o senhor Deputado basear-se em Jornais numa situação como está. Até porque o Jornal poderá estar a transcrever valores que podem estar mal transcritos ou mal interpretados, por quem faz a notícia. Eu poço-lhe garantir como pode imaginar, estes números andam sempre na minha cabeça! Quais são os valores da dívida, quais são os valores que foram apurados pela auditoria e quais os valores actuais. Se quiser e é um documento oficial da DGAL, já resultado dessa conta de gerência que nos chegou. Se quiser e está aqui: capital de dívida médio longo prazo 4 milhões e 423 mil euros. **O Senhor Professor Joaquim Rodrigo** interrompeu questionando se referia ao ano de dois mil e seis. Ao que o **Senhor Presidente da Câmara** continuou a explicar: que no endividamento líquido soma-se o curto prazo e dá 6 milhões e 80 mil euros. E agora dou-lhe só uma nota deste valor está a dívida da Câmara na Associação de Municípios Douro Sul, que são cerca de 50 mil contos, que na altura do PRICE, foi introduzida na auditoria, que eu espero saldar como Presidente da Associação de Municípios um dia destes... Senhor Deputado não leve a mal isto! Eu não procuro aqui jogar com os números, eu quero esclarecer os números. Também lhe peço que não esteja com a preocupação de ir buscar números que não têm nada a ver com a realidade. Eu dou-lhe o papel da DGAL. **O Senhor Professor Joaquim Rodrigo** comentou que para a próxima deixaria de confiar no Jornal de Resende. **O Senhor Presidente da Câmara** continuou dizendo: Eu dou-lhe o relatório da PRICE e o da DGAL agora actual, porque agora acontece que andamos, por efeitos de endividamento, e este é um documento legalíssimo. Acerca do endividamento líquido são 6 milhões e 80 mil euros, aqui já tem a questão que referi da Associação Nacional de Municípios. A PRICE são 5 milhões e qualquer coisa, entendo o que eu que quero dizer. Peço desculpa de o ter interrompido.”-----

Professor Joaquim Rodrigo: “ Eu estou a falar nos números que vêm no relatório e que vão para o tribunal de contas e com base nos dados que recolhi no Jornal de Resende. **O Senhor Presidente da Câmara** informou podia ter recolhido os dados na Câmara, porque aqueles estavam mal. Prosseguido o **Senhor Professor Joaquim Rodrigo** “percebo o senhor deve ter os números correctos. Voltando ao meu raciocínio, gostava que me esclarece-se o não aparecer nos capítulos das transferências 21 e 2, nenhuma Junta de Freguesia liderada pelo PSD, salvo erro aparecem as que são lideradas pelo PS e não aparece nenhuma das quatro do PSD. **O Senhor Presidente da Câmara** informou que a freguesia de Ovadas era PSD e tinha três transferências, no capítulo sete e que havia uma freguesia ou duas que não tinham, porque este ano havia celebrados assinados com todas. **Professor Joaquim Rodrigo:** “ Gostava que fossemos informados, e neste documento não o somos, de um valor que como é lógico será sempre uma estimativa, mas uma estiva será sempre possível fazer, da relação dos processos Judiciais. Há processos em vigor? Não sei! E o que é certo é que a Câmara pode ser condenada

e terá depois de indemnizar, gostava de saber essa estimativa que não vem aqui mencionada. Como é lógico também em relação à gestão de dinheiros públicos é da responsabilidade do Executivo única e exclusivamente, mas achamos e temos dito isto, por uma questão de coerência cada vez que o Senhor Presidente pediu um empréstimo a nossa posição foi sempre a mesma, são para obras. Mas temos que acutelar o futuro, são empréstimos a longo prazo que têm feito, de 20 anos, ou seja um Presidente de Câmara daqui a 16 anos andará a pagar as obras que estão a ser feitas agora.”. **Senhor Presidente da Câmara:** “ Como eu ando a pagar os detrás! O Senhor Deputado se quiser ir ao meu gabinete eu explico-lhe. O contracto do Totta era de seis anos, mas havia mais empréstimos se os senhores lerem, eu sei que ler isso, não é fácil, nem às vezes as pessoas têm tempo. Mas se quiser e se forem lá eu abro-lhes o dossier e digo-lhes o mapa da contracção de empréstimos é este! Está aí por exemplo, o que foi contraído para a Ponte da Ermida, e é um pagamento a 20 anos. E está a ser pago. Portanto, não há nenhum drama disso. Nas empresas há algum drama quando há serviço de dívida, as empresas têm os seus custos de exploração e têm lá sempre os serviços de dívida, que é atenuado ou repostado, em função da estratégia financeira. Eu com o Senhor Deputado estou a vontade. Nós de facto entendemo-nos mesmo estando em bancadas diferentes, há uma urbanidade no nosso relacionamento, por isso peço desculpa por o interromper.”.-----

Professor Joaquim Rodrigo: “Só para finalizar, só um aparte acerca deste valor, não sei se é possível, ou não. Ou se é necessário fazer um requerimento à mesa da Assembleia Municipal, a solicitar esse valor, dos processos judiciais, era só uma estimativa porque é natural que não saiba os valores de cabeça. “.-----

Senhor Presidente da Câmara:”A bancada do PSD, através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitou uma relação e a situação dos processos judiciais, e é evidente que eu remeti-lhos. Agora desculpe, mas estão lá alguns que estão em segredo de justiça. E o Senhor quer antes da galinha pôr o ovo, ter já o peso do ovo da galinha! Como é possível? Repare se há um processo que está em Tribunal, eu sei onde o senhor quer ir! Quer ir à questão da Expropriação de Caldas de Arêgos, mas vão mal por aí, por acaso eu julgo que querem ir por aí!! Em breve vamos discutir isso. Eu agendarei o problema de Caldas de Arêgos, talvez, para a próxima vez. O senhor só tem uma dívida quando esta , é reconhecida, quando a pendência está em Tribunal, ela não é dívida, só porque alguém a reclama é dívida? Só é dívida quando é justificada. Um processo de expropriação é um processo que pode demorar dez anos. Não se preocupem com isso. Essas questões não são quantificáveis. Devolhe dizer então, para lhe responder, que a maioria dos processos judiciais, dos processos pendentes, tirando uma expropriação e uma questão que vem do tempo anterior, que tem a ver com uma empreitada, a maioria são de carácter administrativo. Posso abrir um bocadinho o jogo, o maior número deles, dez ou doze, são acções que Ministério Público tem contra a Câmara, para anular licenciamentos de obras, quer que eu lhe quantifique isso? Já não é do meu tempo, mas se a coisa corresse mal , era um balúrdio para a Câmara. Dou-lhes esses processos, tirando o da expropriação de Caldas de Arêgos. Quando receberem a lista, se quiserem alguma clarificação de algum, eu mostro-lhes. Sabe o que era grave? Era se tivesse herdado uma dívida de 5 milhões e meio e tivesse agora 10 ou 12 milhões.”-----

Professor Joaquim Rodrigo: “ Só para terminar quanto a este documento iremos abstermo-nos.”.-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freigil: ” Sobre as verbas atribuídas a Freguesia de Freigil, quero só clarificar que algumas verbas ainda foram dos protocolos celebrados em 2004, essas dívidas vêm de mandatos anteriores. Tanto que até quando o Senhor Presidente da Câmara actual foi eleito, ainda pagou a Junta de Freguesia algum dinheiro, de protocolos atrasados de dois ou três anos. Penso que essas verbas, são de protocolos de 2004 celebrados com a Junta de Freguesia. Se em 2005/2006 recebi algumas verbas, foram de protocolos atrasados. “.-----

Submetidos os documentos à votação foram os mesmos aprovados por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo vinte e um do Partido Socialista, um voto a favor do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ovadas da bancada do Partido Social Democrata e sete votos de abstenção do Partido Social Democrata.”-----

6 – NOVA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS – CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

2007:- Foi presente uma informação do Chefe da DGFSI, sobre a capacidade de endividamento para 2007 do Município de Resende.-----

Relativamente a esta matéria o **Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara** referiu: “Os presentes documentos têm a ver com a Despesa, Receita e Capacidade de Endividamento, que por força do POCAL se encontram devidamente elaborados. O nosso nível de endividamento é idêntico àquele que encontramos quando chegamos à Câmara Municipal. A nossa capacidade de endividamento está ainda muito longe de atingir o limite autorizado (60%). Nas dívidas correntes há cerca de 1 800 000,00 euros que têm a ver com transferências que aguardamos dos Fundos Comunitários. O exemplo disso é o Centro Escolar de São Martinho de Mouros que ainda não recebemos uma única transferência de verbas para esta obra, mas não é por isso que a deixamos de executar. Em termos de obra pública não temos nenhum problema e se alguma crise existe é com os Fundos Comunitários. Se afectarmos alguma coisa do rendimento do Parque Eólico ao serviço da dívida os valores virão muito para baixo.-----

Foi registada a intervenção do **Senhor Vereador Professor António Marques** que se transcreve: “Começamos por dizer que estamos na presença de um documento muito técnico, volumoso (191 páginas). Reconhecemos as nossas insuficiências técnicas para podermos realmente fazer uma discussão abrangente. Como sugestão, talvez o Chefe de Divisão (DGFSI) pudesse vir à reunião e fazer um resumo destas matérias. No entanto da análise cuidada e atenta do Documentos de Prestação de Contas de 2006 destacamos o seguinte: **1 -** Controlo Orçamental da Receita: 2004: Dotações Corrigidas=18 024 056,00€; Compromissos Assumidos Exercícios=14 304 691,00€; Despesa Paga =10 751 177,00€. 2005: Dotações Corrigidas=18 663 747,08€; Compromissos Assumidos Exercícios=15 981 442,11€; Despesa Paga=11 024 135,00€; Compromissos por Pagar=4 953 306,00€. 2006: Dotações Corrigidas= 15 945 354,61€; Compromissos Assumidos Exercícios=14 486 413,51€; Despesa Paga=10 146 413,07€; Compromissos por Pagar=4 340 000,44€. **2 –** Execução Financeira Anual – Plano Plurianual de Investimentos – 2004= 47,45%; 2005=49,54%; 2006=47,30%. **3 –** Dívidas a Terceiros – Dívidas de Curto Prazo – 2004= 1 867 007,62€; 2005=2 873 367,33€; 2006= 2 868 901,36€. (1) Retirar 1 218 366,92€ referentes a Fundos Comunitários a serem transferidos do Poder Central. **4 –** Dívidas de Médio e Longo Prazos – Instituições de Crédito – 2004=3 603 314,49€; 2005= 4 443,574,00€; 2006= 5 112 127,05€. **5 –** Facilmente constatamos que em relação a 2005 a situação financeira da Câmara Municipal não teve melhoras, aliás as dívidas de médio e longo prazo aumentam. Em 2007 já tivemos de despesa cabimentada 10 223 027,64€ e despesa paga 2 122 015,51€ (dados referentes a 26/03/2007). **6 –** Continuamos, por isso, apreensivos. Mais uma vez tornamos a dizer, que somos a favor do desenvolvimento sustentável, e por tal entendemos, o desenvolvimento que satisfaz as necessidades actuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazerem as próprias necessidades. O IV Quadro de Referência Estratégica Nacional, está aí, e por isso temos de aproveitar.**7 –** Continuamos a ouvir na rua, a fraca capacidade de pagamento da Câmara Municipal aos seus fornecedores e prestadores de serviço. **8 –** Outro facto que nos chamou à atenção e a discriminação das Juntas de Freguesia lideradas por eleitos do PSD, embora esta discussão deve ser feita no campo político, não podemos esquecer a componente técnica. Neste contexto, e à semelhança do que o Chefe da DGFSI, Doutor Jorge Sala, fez na informação sobre o endividamento municipal de 2007, onde conclui dizendo - “Conforme se pode verificar da análise ao endividamento municipal resulta que o Município apresenta uma boa situação”, talvez fosse oportuno uma sua conclusão nos Documentos de Prestação de

Contas – 2006. 9 – Por último referir que não concordamos com a Relação Nominal dos Responsáveis, se ela se referir ao conjunto de actos administrativos e políticos que tiveram como resultado o documento em apreço. A responsabilidade é da maioria que gere a Câmara Municipal, com Pelouros atribuídos e que resultou da vontade dos Resendenses em 2005. Deixamos, desta forma a nossa posição, numa atitude de colaboração e de reflexão”.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara respondeu: “Foram contabilizados os proveitos diferidos no Orçamento e outros na Conta de Gerência e vice-versa. Considerando que a dívida a fornecedores é de dois milhões oitocentos e sessenta e oito mil novecentos e um euros e trinta e seis cêntimos, retirando um milhão duzentos e dezoito mil trezentos e sessenta e seis euros e noventa e dois cêntimos referentes a Fundos Comunitários, a dívida é de cerca um milhão seiscentos e oitenta mil euros. Mantenho tudo o que disse e as questões que o Senhor Vereador levantou têm as respostas correspondentes Continuamos a ter capacidade de endividamento e somente 40% da mesma está utilizada. Se o Governo não me paga eu também não posso pagar. O Senhor Vereador tem falado, mas devo lembrar que ainda estamos a pagar dívidas contraídas anteriormente. Quanto às dívidas a fornecedores, se o Senhor Vereador me disser quem são os que afirmam o que referiu, informo que esse tipo de argumentação é utilizado como razão para não pagarem aos fornecedores deles. No que diz respeito ao endividamento líquido volto a lembrar que temos o mesmo nível que em 2001, que representa bem o esforço e enorme transformação nestes últimos cinco anos no nosso concelho. Estou a forçar o ritmo. Mais devo informar que nunca tivemos nenhuma obra significativa que não fosse financiada.”

VOTADOS EM CONJUNTO:

Submetidos os documentos a votação foram os mesmos aprovados por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro votos dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e um voto do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e dois votos de abstenção dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, devendo ser remetidos a posterior aprovação da Assembleia Municipal.

Relativamente a esta matéria foram registadas as seguintes intervenções:

Senhor Jorge Cardoso Machado:” Boa tarde a todos! Relativamente ao ponto do endividamento municipal 2007 e na actual conjuntura financeira em que o país se encontra, eu sei que há Câmaras que já atingiram o seu limite legal de endividamento, o 125%, salvo o erro. Estou aqui a olhar para o mapa número dois deste documento e porque sou também sensível aos números, não posso deixar de realçar a forma como se tem gerido o nosso município. Nesta matéria quando somos informados que a nossa autarquia se dá ao luxo de apenas utilizar 40% da sua capacidade de endividamento total e tendo em conta tudo aquilo que foi feito, e aqui realço o caudal ou baterias de equipamentos que foram feitos no nosso Concelho, nos cerca de seis anos do nosso mandato. Senhor Presidente, eu fico muito sensibilizado e desde já, aceite os meus parabéns, a minha admiração, pela forma competente e responsável como tem gerido a nossa Câmara. Muito Obrigado!”

Doutora Teresa Pais: “Este documento, é um documento muito importante e decorre o mesmo da nova Lei das Finanças Locais, a qual tantas polémicas tem levantado, não só ao nível nacional como também aqui no nosso concelho. No entanto mostra-nos o mesmo da razão que assistiu a toda argumentação apresentada pelo nosso actual executivo. Ficamos esclarecidos de uma forma simples e directa sobre a capacidade de endividamento do nosso Município. Se os anteriores documentos eram extensos e de difícil análise, ao contrário este documento é de fácil análise e logo nos esclarece do andamento da saúde das nossas finanças locais. A nova Lei das Finanças Locais, para além de implementar no País um sistema diferente de solidariedade entre os diversos Municípios, permite-nos essencialmente ficar a saber com transparência como é que estavam a ser tratadas as políticas locais. Permite-nos também abordar as questões do endividamento municipal com racionalidade, porque estabelece o endividamento líquido municipal e define os limites gerais dos empréstimos

municipais. Assim é muito mais fácil avaliarmos o mérito da actividade de cada Município e também ficamos conscientes, com clareza e sem demagogias ou com interesses partidários, sobre a forma como realmente o nosso município está a ser bem conduzido. E isso reflecte-se nos números que nos são apresentados. Refere-nos o documento que o limite legal ao empréstimo de médio longo prazo é de 6.420.866 euros e que o Município utilizou apenas 40% da capacidade total de endividamento, pelo que, dispõe ainda de 60% da capacidade de utilização. A partir de agora ser contra um empréstimo, ou argumentar nesse sentido, tem que ser equacionado na totalidade do impacto desse empréstimo sobre as finanças do próprio município. Por outro lado, dá-nos ainda outro dado muito importante, o limite legal referente ao endividamento líquido total é de 8.120.26 euros. Quer isto dizer, que o município tem 56,6% de capacidade de utilização, reflectindo com clareza e transparência a boa saúde das nossas finanças locais. Infere-se que a Nova Lei das Finanças Locais não atrasa o desenvolvimento do Município e infere-se a responsabilidade com que as nossas políticas têm sido guiadas. Relativamente a este documento é quanto me oferece dizer, pelo que vamos votar favoravelmente, de qualquer forma aproveitava este último momento da minha intervenção porque se me afigura que deve ser a última vez que falo hoje, por já estamos no final da ordem de trabalhos, para pedir desculpa a todos os presente. Eu ao contrário da Câmara atingi o meu limite legal da minha capacidade física, estou em situação de stress, sinto-me imensamente cansada e daí eu ter este tom monocórdico, que não quer dizer que não acredite na capacidade do Município, só que eu estou com capacidade física como há tantos municípios do PSD, pelo nosso País fora. Gostaria ainda de tomar um bocadinho de liberdade, sobre esta questão das finanças locais talvez seja.... esta minha intervenção, mas em minha casa diz-se sempre quem não se sente não é filho de boa gente e no que concerne à nova Lei das Finanças Locais houve um episódio que me marcou muito negativamente quando li em determinada altura no “Força Laranja”, que o PSD de Resende fez um jantar onde reuniu Resendenses, pessoas de Viseu e de Lamego e que acharam imensa graça e ridicularizaram, outras pessoas de Resende. Eu não sou de Resende, no entanto gosto muito de Resende, vivo cá há vinte anos, sinto-me mais de Resende do que de Viseu, e seria completamente incapaz de me rir, ridicularizar ou diminuir, quem quer que fosse de Resende. E quem quer que seja que faça isto não merece o bom nome que os nossos antepassados nos legaram. Boa tarde!”-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal cedeu a palavra **ao Senhor Presidente da Câmara:** “ Esta questão da credibilização das Finanças Locais e das Finanças do Município de Resende é absolutamente crucial, eu sei que custa à oposição, ouvir estas coisas, mas a capacidade 40%, endividamento líquido 47%, esta é a realidade dos factos que é que isto representa na prática. Se tendo nós a maioria e podendo trazer aqui, o que muito bem entende, sem nenhum tipo de constrangimentos e ficaria-mos ainda abaixo do limite de endividamento que muitas outras autarquias têm, e sabemos quais são! Poderia-mos contrair o empréstimo de 800 mil contos (quatro milhões de euros), portanto, estamos em condições de fazer quatro milhões de euros de empréstimos, e não atingiria-mos nem a nossa capacidade de endividamento, nem o nosso endividamento líquido. Nunca ninguém fala aqui que a Câmara amortiza todos os anos 500 a 600 mil euros. Porque é que isto é assim, porque ninguém se lembrou que isto vem do tempo da Dr.^a Ferreira Leite, nós pedimos empréstimos zero e portanto isto reflectia-se na Lei das Finanças Locais, porque na prática o endividamento quase não subia. Nós explicaremos ao nosso povo, quando for o tempo oportuno, estas situações todas. Temos ainda algumas obras do quadro comunitário, já se percebeu, que temos “bom fogo”, e ainda este ano virá à Assembleia o empréstimo como todos os anos fazemos, e todos os anos amortizamos. Iniciei na Câmara um processo de adjudicação a um grupo de “Delers”, estamos a consultar três “delers”, para fazerem à câmara de Resende a avaliação do activo financeiro porque temos 15 % da Eólica do Douro. Iremos por exemplo avaliar a oportunidade de negócio e alienação desse activo financeiro nos próximos tempos. Não há

secretismo nestas matérias, a alienação será sempre um concurso público, será sempre decidido por esta Assembleia. Poderá haver necessidade, porque os negócios não se compadecem com algumas hesitações, nem com o calendário da Administração Pública. Vamos avaliar esta oportunidade porque agora é que é, mais tarde pode-nos sair menos favorável. Temos que avaliar esta oportunidade e em que termos temos que fazer esta operação. Tanto na Assembleia Municipal como na Câmara o que acontece verdadeiramente na política é o dá e levas, e não tem mal nenhum se for feito com dignidade e se for feito com respeito pela pessoa e pela humanidade que está em cada um de nós. A política só tem de facto interesse se houver este chama, clímax dentro daquilo que é o respeito que todos devemos uns aos outros. Obrigado! “-----

Tomado Conhecimento.-----

7 – ABERTURA DO PROCEDIMENTO PARA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO BAR DAS PISCINAS DESCOBERTAS DA GRANJA – CÁRQUERE E PORTO DE REI – SÃO JOÃO DE FONTOURA: - Relativamente a esta matéria foi presente o Programa de Concurso e Cadernos de Encargos com vista à abertura do concurso público respectivo.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento para a concessão da exploração, durante a época estival, do bar das piscinas descobertas da Granja – Cárquere, com a renda mensal de quinhentos euros. Foi também deliberado, por unanimidade, aprovar nos mesmos moldes, para o bar das piscinas descobertas de Porto de Rei – São João de Fontoura, com a renda mensal de duzentos e cinquenta euros e solicitar à Assembleia Municipal que reconheça a urgência da inclusão destes assuntos na Ordem do Dia, nos termos do artigo oitenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco -A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, e sejam tais concessões autorizadas por este órgão deliberativo.-----

Reconhecida a urgência da inclusão deste assunto na ordem do dia, nos termos do disposto no artigo número oitenta e três do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, e **submetida à votação deste órgão, foi a concessão autorizada e aprovada por unanimidade nos termos e condições constantes do programa do concurso e cadernos de encargos respectivo.**-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ovadas:** “Peço desculpa por ser fora do contexto. Quero convidar a todos para estarem presente na Feira do Rodo, embora seja em Ovadas, que pertence ao Concelho de Resende. Gosto de os lá ver e devem lá aparecer, porque está em causa o Concelho não é só Ovadas. Não podia deixar de passar o momento de tocar num assunto, a pessoa em causa já aqui não está. E para que as pessoas não interpretem, que estava a guardar para esta hora, ou que fosse elogiado por ela, mas não. Quando nós fomos à Assembleia da República, a convite da Doutora Cláudia Vieira, e ela tão bem nos recebeu, estimou e também contribuiu para que fôssemos tão bem recebidos lá. Devemos ter um agradecimento para com ela e que fique registado nesta Assembleia. Queria também agradecer ao Senhor Presidente da Câmara o ternos fornecido o autocarro para nos proporcionar esta viagem , a Lisboa. Devemos-lhe consideração à Doutora Cláudia, só quem lá não foi e não viu, como fomos tão bem recebidos por ela. Ela já aqui não esta. Queria que lhe fosse transmitido porque é melhor assim. Por isso guardei-me para esta altura, fora do contexto, precisamente porque ela já se tinha ido embora. Mas também porque estava a aguardar que alguém de uma bancada ou de outra se lembrasse de agradecer, este facto que é inédito. Não tenho visto lá os outros a fazer o que o Presidente da Câmara fez. Cedeu-nos o autocarro e ela estimou-nos bem. Suponho ou alguém me teria dito que o almoço teria sido pago por ela, não sei se foi ou se não foi. Tudo isto são agradecimentos que não podemos deixar passar em

claro. Senão aquela pessoa que recebe e não dá nada em troca, para outra vez não leva nada é assim que devemos recompensar quando temos que agradecer. A educação faz parte de um bem de todos. Desculpe eu ter disto isto! Lá vos espero na Feira do Rodo.”-----

Por fim, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Resende, deu por encerrada a sessão, eram dezanove horas e quarenta minutos, tendo sido aprovados em minuta os assuntos que tinham sido submetidos, pela Câmara Municipal, a esta sessão da Assembleia.-----

E eu, _____, Chefe de Divisão de Gestão Administrativa, dos Assuntos Culturais e Desportivos da Câmara Municipal, a subscrevi e assino.-----
